



# PERSPECTIVAS ATUAIS EM BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

**Francilene Cardoso**  
Organizadora

**NYOTA**

**rocha**  
soluções gráficas

A obra *Perspectivas Atuais em Bibliotecas e Arquivos*, estruturada sob a forma de coletânea, reúne trabalhos de profissionais que atuam em variados contextos no cenário nacional. A culminância desta publicação se constitui em um salutar ponto de convergência que agrega parte das temáticas discutidas durante o Workshop – *Perspectivas Atuais em Bibliotecas e Arquivos*, realizado em agosto de 2018 na cidade de São Luís, Maranhão, organizado pela Bibliotecária e Doutora em Serviço Social, Francilene do Carmo Cardoso.

A ideia de realizar um evento que pudesse discutir as práticas atuais em bibliotecas e arquivos, considerando a perspectiva de se ampliar para incluir as diversas possibilidades de atuação dos profissionais nos mais variados cenários, e ainda a possibilidade de apresentar aos antigos, recentes e futuros bibliotecários, a diversidade, os desafios e as possibilidades da contemporaneidade, foi o que motivou a realização do Workshop, que teve grande aceitação e procura do público local. A organizadora desta obra sempre esteve envolvida em trabalhos que abrangem a disseminação da informação nas mais diversas esferas, sendo o referido evento, mais uma de suas iniciativas nesse meandro. No entanto, apenas a realização desse evento não foi suficiente, era necessário dar materialidade àquela causa que urge no cenário biblioteconômico, era preciso que a semente germinasse, e a árvore pudesse crescer para gerar os frutos.

Nessa perspectiva, esta obra se coloca como uma contribuição necessária e iminente para o cenário profissional da Biblioteconomia, especialmente nos tempos atuais, nos quais lidamos com dificuldades do cenário político-econômico ao educacional e social, que eventualmente, dificultam que novas e boas ideias sejam plantadas e/ou colhidas, não apenas no contexto das bibliotecas e dos arquivos, mas nos mais diversos cenários. Desse modo, é ainda mais urgente que ações que visam levar informação e todo tipo de possibilidade de crescimento social sejam acolhidas, protegidas e incentivadas. Assim, seguimos unindo forças e enfrentando desafios em bibliotecas, arquivos e aonde mais a informação, a leitura, e o conhecimento possam ser o combustível que impulsiona o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.



**Luhilda Ribeiro Silveira**

Bibliotecária/Documentalista do Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão

**Francilene Cardoso**  
Organizadora

# **PERSPECTIVAS ATUAIS EM BIBLIOTECAS E ARQUIVOS**

Florianópolis, SC  
Rocha Gráfica e Editora Ltda.  
2020

## **Selo Nyota**

Coordenação do Selo

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Site: <https://www.nyota.com.br/>

## **Comitê Editorial**

Franciéle Carneiro Garcês da Silva (UFMG) Nathália Lima Romeiro (UFMG)

Andreia Sousa da Silva (UDESC)

Frederico Luiz Moreira (UFMG)

Graziela dos Santos Lima (UNESP)

Samanta Coan (UFMG)

Ingrid Paixão (UFBA)

Bruno Almeida (UFBA)

Diagramação: Franciéle Carneiro Garcês da Silva; Nathália Lima Romeiro

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

P467

Perspectivas Atuais em Bibliotecas e Arquivos / Francilene Cardoso  
(Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota)  
164 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <<https://www.nyota.com.br/>>.

ISBN 978-65-87264-00-4 (Impresso)

ISBN 978-65-87264-01-1 (E-book)

1. Bibliotecas. 2. Arquivos. 3. Biblioteconomia. 4. Arquivologia. I.  
Cardoso, Francilene. II. Título.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA  
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



**Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil<sup>1</sup>**

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



**ATRIBUIÇÃO**

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



**COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA**

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença<sup>2</sup> que este original.

---

<sup>1</sup> Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2019.

<sup>2</sup> Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2019.



## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>7</b>
Luhilda Ribeiro Silveira	
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
Francilene Cardoso	
<b>PRÁTICAS INTRAEMPREENDEDORAS NA BIBLIOTECONOMIA.....</b>	<b>17</b>
Daniela Spudeit	
Priscila Rufino Fevrier	
Marli Dias de Souza Pinto	
<b>A GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS NO AMBIENTE CORPORATIVO .....</b>	<b>55</b>
Heloisa Costa	
Sonali Paula Molin Bedin	
<b>BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS NO BRASIL: O QUE APRESENTAM AS PESQUISAS? .....</b>	<b>87</b>
Patrícia Mallmann S. P.	
<b>UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE COMPETÊNCIA EM MÍDIA E EM INFORMAÇÃO.....</b>	<b>121</b>
Carolina Santana	
Marianna Zattar	
<b>ÉTICA À RANGANATHAN: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CÓDIGO DE ÉTICA DA(O) BIBLIOTECÁRIA(O) ...</b>	<b>141</b>
Carlos Wellington Soares Martins	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>159</b>
<b>SOBRE A PREFACIADORA .....</b>	<b>160</b>
<b>SOBRE AS AUTORAS E AUTOR.....</b>	<b>161</b>





## PREFÁCIO

*Luhilda Ribeiro Silveira*

A obra *Perspectivas Atuais em Bibliotecas e Arquivos*, estruturada sob a forma de coletânea, reúne trabalhos de profissionais que atuam em variados contextos no cenário nacional. A culminância desta publicação se constitui em um salutar ponto de convergência que agrega parte das temáticas discutidas durante o *Workshop – Perspectivas Atuais em Bibliotecas e Arquivos*, realizado em agosto de 2018 na cidade de São Luís, Maranhão, organizado pela Bibliotecária e Doutora em Serviço Social, Francilene do Carmo Cardoso. A ideia de realizar um evento que pudesse discutir as práticas atuais em bibliotecas e arquivos, considerando a perspectiva de se ampliar para incluir as diversas possibilidades de atuação dos profissionais nos mais variados cenários, e ainda a possibilidade de apresentar aos antigos, recentes e futuros bibliotecários, a diversidade, os desafios e as possibilidades da contemporaneidade, foi o que motivou a realização do *Workshop*, que teve grande aceitação e procura do público local. A organizadora desta obra sempre esteve envolvida em trabalhos que abrangem a disseminação da informação nas mais diversas esferas, sendo o referido evento, mais uma de suas iniciativas nesse meandro. No entanto, apenas a realização desse evento não foi suficiente, era necessário dar materialidade àquela causa que urge no cenário biblioteconômico, era preciso que a semente germinasse, e a árvore pudesse crescer para gerar os frutos.

Nessa perspectiva, esta obra se coloca como uma contribuição necessária e iminente para o cenário profissional da Biblioteconomia, especialmente nos tempos atuais, nos quais lidamos com dificuldades do cenário político-econômico ao

educacional e social, que eventualmente, dificultam que novas e boas ideias sejam plantadas e/ou colhidas, não apenas no contexto das bibliotecas e dos arquivos, mas nos mais diversos cenários. Desse modo, é ainda mais urgente que ações que visam levar informação e todo tipo de possibilidade de crescimento social sejam acolhidas, protegidas e incentivadas. Assim, seguimos unindo forças e enfrentando desafios em bibliotecas, arquivos e aonde mais a informação, a leitura, e o conhecimento possam ser o combustível que impulsiona o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A ordem a qual nos são apresentados os capítulos nesta obra nos coloca diante de uma perspectiva que vai da prática à epistemologia. O que inicialmente poderia parecer uma inversão lógica, aqui se revela como uma estratégia que nos faz pensar que é urgente agir, mas é fundamental pensar sobre o que alicerça e o que move as nossas práticas. A inversão lógica neste caso é o motor para fazer agir e fazer pensar os que se aventurarem nesta leitura.

O capítulo 1 desta obra, *“Práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia”*, de Daniela Spudeit, Priscila Rufino Fevrier e Marli Dias de Souza Pinto, coloca em foco as práticas intraempreendedoras realizadas por bibliotecários em suas instituições, relacionando o intraempreendedorismo à responsabilidade de promover inovação de qualquer tipo, que contribua para a competitividade e para o melhor desenvolvimento da instituição. As considerações apresentadas no capítulo se alicerçam sobre a pesquisa realizada pelas autoras, que teve como foco quatro aspectos: perfil, competências, ações e desafios, que são pontuados ao longo das discussões realizadas. Destarte, além de delinearem intraempreendedorismo, apresentando um panorama especificamente no cenário da Biblioteconomia, as autoras dão a

oportunidade, através de elementos ilustrativos, para que profissionais possam se reconhecer como um bibliotecário intraempreendedor.

No capítulo 2, *“A gestão arquivística de documentos no ambiente corporativo”*, as autoras Heloisa Costa e Sonali Paula Molin Bedin, colocam o enfoque sobre as questões da gestão de documentos no ambiente corporativo. As autoras se aventuram pelo campo das funções arquivísticas e da documentação para tecerem suas considerações acerca da gestão documental, tangenciando desde normativas e diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos, aos aspectos técnicos da gestão documental, passando por discussões sobre aspectos que envolvem cultura organizacional. As considerações apresentadas ao longo do capítulo se assentam sobre a prática realizada pelas autoras, durante a execução de um projeto de consultoria em gestão de documentos em uma empresa. Embora situem considerações no plano teórico, as autoras situam seu enfoque na apresentação técnica de soluções utilizadas ao longo do trabalho por elas realizado, em que o foco por elas destacado é a garantia de acesso e recuperação da informação de forma rápida e eficiente para a instituição em questão.

No capítulo 3, *“Bibliotecas comunitárias no Brasil: o que apresentam as pesquisas”*, a autora Patrícia Mallmann coloca em destaque as bibliotecas comunitárias por meio de um estudo, que, para além de estabelecer uma cartografia das pesquisas na área, abre espaço para se apreciar o panorama e os novos rumos para as bibliotecas comunitárias. Os achados da pesquisadora nos revelam que existem disparidades, sobre diversos aspectos, que permeiam as diversas realidades no cenário brasileiro. As discussões apresentadas nesse capítulo focam sua perspectiva na necessidade de maior espaço para discussão sobre as políticas públicas para as bibliotecas comunitárias e para o

desenvolvimento de práticas de leitura. A necessidade de se ampliar a discussão e as ações sobre o tema é o cerne da questão para a autora e seu objetivo é alcançado por duas vias convergentes – ao mesmo tempo em que evidencia o panorama das bibliotecas comunitárias, apresentando os dados da sua pesquisa, ela própria tem a oportunidade de dar vez e voz à temática das bibliotecas comunitárias, enquanto tece suas considerações.

O capítulo 4, intitulado “*Uma revisão de literatura sobre competência em mídia e em informação*”, Carolina Santana e Marianna Zattar tecem considerações sobre a atuação do bibliotecário no cerne da competência em informação, ampliando ainda tal perspectiva para incluir a dimensão da competência em mídia, sustentada pela dinâmica dos suportes informacionais da contemporaneidade. A pesquisa conduzida pelas autoras objetiva fazer um estudo da prática informacional da comunidade discursiva da competência em mídia e em informação. Para justificar a relevância da temática por elas abordada, as autoras evidenciam a relação entre o que deve ser o trabalho do bibliotecário e as competências necessárias aos sujeitos na contemporaneidade. Em tempos de *fake news*, as funções do bibliotecário, destacadas pelas autoras, ganham uma dimensão especial no que se refere à competência em mídia e informação.

Finalmente, no capítulo 5, “*Ética à Ranganathan: considerações acerca do Código de Ética da(o) Bibliotecária(o)*”, o autor Carlos Wellington Soares Martins se propõe a pensar a ética não apenas em seus aspectos filosófico e epistemológico. O autor enfoca a conduta profissional do bibliotecário, situando o seu enfoque especificamente sobre a nova redação do Código de Ética do Bibliotecário, apreciando e tecendo discussões que abrangem o fazer do profissional, que nos levam a pensar sobre

o que distingue a obrigação e o dever, como uma atitude ética, de uma ação meramente passiva. As ponderações do autor perpassam aspectos como análise das palavras, especialmente dos verbos, empregados para esmiuçar os sentidos e as possibilidades que cabem em cada uma delas. Em suma, o autor nos convida a olhar e pensar sobre a regulação dos nossos deveres, para além da mera obediência.

Sob diferentes perspectivas, os capítulos que integram esta coletânea têm como ponto de convergência a apresentação de distintas e atuais dimensões e possibilidades de atuação do profissional da informação e dos alicerces teórico-metodológicos do seu fazer. Da atuação em consultoria de uma empresa, às postulações atuais sobre os alicerces éticos da profissão do bibliotecário, passando por temas como, bibliotecas comunitárias, competência em mídia e informação e prática intraempreendedoras, as questões que urgem na contemporaneidade fazem parte do plano de fundo que situa todos textos aqui apresentados. Com isso, esperamos que os frutos aqui plantados floresçam e possam ser futuramente colhidos pelos leitores desta obra.

Francilene Cardoso (Org.)

## APRESENTAÇÃO

*Francilene Cardoso*

A ideia do livro **Perspectivas Atuais em Bibliotecas e Arquivos** é resultado do *Workshop* de mesmo título realizado no final do ano de 2018, em São Luís, Maranhão. A atividade foi realizada quando da minha experiência como professora substituta do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no período de agosto de 2016 a agosto de 2018, que me possibilitou conhecer muito dos trabalhos desenvolvidos por profissionais bibliotecárias(os) e arquivistas em unidades de informação públicas, dentro e fora de São Luís do Maranhão. Trabalhos esses de suma importância para o aperfeiçoamento teórico e prático dos profissionais da informação, mas muitas vezes, desconhecidos e silenciados pela própria universidade e pouco valorizados pelas instituições onde estão inseridos esses profissionais; depois, pela demanda de formação continuada no Maranhão, já que a despeito dos 50 anos do curso de graduação em Biblioteconomia da UFMA, o campo de formação e atuação pouco expandiram nos últimos anos, pois inexistente sindicato e pós-graduação na área. Desse modo, o *Workshop Perspectivas Atuais em Bibliotecas e Arquivos* teve como objetivos:

- Aproximar profissionais e organizações envolvidos com os processos de organização e gestão de bibliotecas e arquivos;
- Atender às necessidades de formação e atuação dos profissionais da informação com qualidade no estado do Maranhão;
- Valorizar os/as especialistas atuantes nas diferentes áreas da informação e organizações no estado.

O evento aconteceu nos dias 12 e 13 de novembro de 2018, no auditório da Casa de Cultura Josué Montello (CCJM) com total de oito oficinas e participação de bibliotecárias(os) e profissionais de outras áreas como Direito, o que demonstra a consciência da importância da educação permanente e o esforço por parte desses profissionais para praticá-la. A programação do evento esteve organizada da seguinte maneira:

### **Dia 12 de Novembro**

1. Gerenciamento de Arquivos Custodial e Pós-Custodial na Administração Pública (Jorge Daniel Silva, arquivista - IFMA);
2. Bibliotecas: Regulação, Qualidade e Avaliações do MEC (Michelle Pinto, bibliotecária - IFMA);
3. Competência em informação, Desinformação e *Fake News* (Francilene Cardoso, bibliotecária);
4. Ética, poder e Informação (Carlos Wellington Martins).

### **Dia 13 de Novembro**

1. Licitações e contratos em Unidades de Informação (Alisson Cadete, bibliotecário - IFMA);
2. Assentamento Funcional Digital em Arquivos Públicos (Paula Padilha, arquivista - IFMA);
3. Sistema de Editoração de Revistas Eletrônicas (SEER) (Tatiana Cotrim, bibliotecária - UFMA);
4. Leitura como Direito Humano (Thaís Rodrigues, bibliotecária da Rede de Bibliotecas Comunitárias - Ilha Literária de São Luís).



A dinâmica do evento envolveu uma apresentação oral do trabalho desenvolvido por cada profissional, com uso de apresentação de textos, imagens e vídeos, seguido de debate com o público. A intenção foi orientar para ações práticas, como uma oficina – a propósito não custa lembrar que esta é a tradução livre da palavra inglesa *Workshop*. Durante todo os dias do evento, foi disponibilizado *coffee break* funcionando na sala de entrada do auditório como mais uma estratégia pedagógica para compartilhar saberes. Ainda foram feitas vendas de livros usados da área.

Nessa direção, foram realizadas as oficinas, considerando também as **atualidades**, ou seja, o que tem de novo, em cada campo, um modo de fazer, uma legislação, um debate teórico-político, etc. Apenas a título de exemplo, a bibliotecária Thais Rodrigues realizou uma intervenção artística literária fora do auditório, ao ar livre com mediação de leitura para iniciar sua oficina *Leitura como Direito Humano*. Um modo novo de fazer para discutir um tema novo e ainda pouco debatido na Ciência da Informação e Biblioteconomia.

Considero que a relevância maior do evento foi possibilitar o aprimoramento dos profissionais da informação, possibilitando sua atualização e dando aos fatores humanos o seu verdadeiro lugar central nos sistemas de informação. Dada a riqueza das apresentações e debates, decidimos compartilhar para um número maior de pessoas através da publicação de um livro. No entanto, nem todas(os) as(os) oficinas(os) aceitaram o desafio de publicar suas falas, outras(os) aceitaram; todavia, por motivos alheios acabaram não apresentando o texto final para esta coletânea.

Para enriquecer mais ainda o livro, estendemos o convite para profissionais de outros estados que igualmente desenvolvem reconhecido trabalho, a exemplo de Heloisa Costa

(Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Marli Dias de Sousa Pinto (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), Daniela Spudeit (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), Mariana Zattar (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e Patrícia Mallmann (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), todas com experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em gestão de unidades de informação, gestão de documentos, competência em informação e bibliotecas comunitárias. As autoras e o único autor, Carlos Wellington Martins, apresentam aspectos atuais de atuação do profissional da informação e as possibilidades de interpretá-la.

Isto posto, este livro apresenta cinco capítulos e o prefácio redigido por Luhilda Ribeiro, bibliotecária/documentalista do Núcleo de Bibliotecas Universitárias da UFMA, que demonstrou uma leitura acurada de todos os escritos, dispensando outra exposição. A ordem de apresentação dos textos considerou aqueles cujos objetivos estavam mais próximos da intenção do *Workshop*, isto é, aqueles que partem de uma ordem prática.

Espera-se que este material possa ser um meio de melhor preparar os profissionais da informação que estão aptos a provocar mudanças. Espera-se ainda que essa experiência e parceria tenham outros tantos frutos!

Asé muntu!

São Luís, 18 de fevereiro de 2020

# PRÁTICAS INTRAEMPREENDEDORAS NA BIBLIOTECONOMIA

*Daniela Spudeit*

*Priscila Rufino Fevrier*

*Marli Dias de Souza Pinto*

## INTRODUÇÃO

Falar de práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia dá visibilidade ao fazer profissional da área, pois possibilita a divulgação de relatos de experiências que merecem destaque e que servem de referência para outros profissionais que atuam em diferentes ambientes de informação. No dia-a-dia profissional, nós nos deparamos com desafios oriundos de situações de tomadas de decisão que envolvem melhorias nos recursos, equipes, infraestruturas, serviços, espaços físicos nos ambientes informacionais. O profissional que tem perfil intraempreendedor e busca desenvolver competências diferenciadas consegue obter mais efetividade nesses processos de tomada de decisão.

O termo empreendedorismo tradicionalmente é mais conhecido quando relacionado à criação de novos negócios. Porém, isso vem mudando gradativamente com as novas demandas do mundo do trabalho e o enfoque do empreendedorismo corporativo tem adquirido importância crescente. Os primeiros estudos sobre intraempreendedorismo (do inglês *intrapreneurship*) datam de 1960. Porém, o primeiro conceito foi abordado em 1985, com a publicação das obras pioneiras de Pinchot III falando sobre o empreendedorismo interno nas corporações (ARAÚJO, 1988). Existem muitas

pesquisas na área de Administração relacionando as competências intraempreendedoras. Todavia, na Biblioteconomia ainda não é muito usado esse termo para se referir às ações diferenciadas, inovadoras e que agreguem valor à sociedade ou às demandas das instituições com ou sem fins lucrativos. Serão sobre essas ações que focaremos neste texto para evidenciar as práticas e conhecer as competências e desafios para empreender nas bibliotecas dentro de uma instituição.

Com isso posto, este estudo tem como objetivo principal apresentar as práticas intraempreendedoras realizadas em bibliotecas para subsidiar outros profissionais que queiram entender quais são os desafios e características inerentes de um profissional intraempreendedor para atuar como tal em seus ambientes de trabalho e desenvolver ações, serviços e produtos diferenciados. Figueiredo (1989) enfatiza que os bibliotecários poderão ficar obsoletos pelas mudanças da sociedade se não houver inovação e uso de práticas profissionais inovadoras.

Foram escolhidas duas redes de bibliotecas bem sistematizadas no estado de Santa Catarina vinculadas a duas instituições de ensino técnico e tecnológico como foco desta pesquisa. A aplicação de um questionário foi usado para coleta de dados para verificação se esses bibliotecários detêm essas características e se aplicam e as utilizam nos espaços que atuam.

## **INTRAEMPREENDEADORISMO**

O termo intraempreendedorismo foi cunhado por Pinchot III, onde ele mencionava como subtítulo do seu livro que “ninguém precisava deixar a empresa para tornar-se um empreendedor” (PINCHOT III, 1989). Gifford Pinchot III nasceu em 1944 nos Estados Unidos da América, onde fundou a Universidade Pinchot. Estudou a inovação dentro das

organizações e se deparou com pessoas com atitudes empreendedoras que desempenhavam um papel como verdadeiros agentes de mudanças, no sentido de introduzir melhorias contínuas no processo de trabalho. Foram denominadas como empreendedores intracorporativos e foram definidos da seguinte forma: “sonhadores que realizam, que assumem a responsabilidade pela criação de inovações de qualquer espécie dentro de uma organização” (PINCHOT III, 1989, p. 9). Alguns autores, porém, utilizam outros termos para denominar o intraempreendedorismo, tais como empreendedorismo corporativo ou empreendedorismo interno (DORNELAS, 2014; FIALHO et al., 2007; HASHIMOTO, 2010).

O conceito da prática do *intrapreneurship* (empreendedorismo interno) dentro das organizações é relacionado à inovação e é definido, muitas vezes, até mesmo como seu sinônimo; a inovação é derivada da criatividade e implementada pelos funcionários. Entretanto, Pinchot III (1989, p. 9) explica que

Inovação não quer dizer invenção. Invenção é o ato de gênio ao criar um novo conceito para um novo dispositivo ou serviço potencialmente útil, na inovação isso é apenas o começo.

Entende-se que a inovação começa a partir da transformação de uma ideia em uma oportunidade, ou seja, ocorre no dia-a-dia de qualquer ambiente profissional ou não, e que as pessoas buscam soluções para atender problemas e/ou demandas específicas, seja para atrair, fidelizar ou reter clientes quando se remete à esfera comercial.

Um modelo de gestão baseado no conceito de empreendedorismo interno tem sido sugerido para estimular a inovação, usando a energia criativa dos empregados e dando aos mesmos os recursos e independência de que necessitam para inovar dentro da organização (GOMES; HONESKO; SILVA; BEM, 2011). Hashimoto (2010) afirma que o intraempreendedor representa aquele que, dentro da organização, assume a responsabilidade de promover inovação de qualquer tipo, a qualquer momento, em qualquer lugar da empresa. De certa forma,

[...] o intraempreendedorismo empurra para certos padrões, mas não existe uma fórmula específica para determinar de quem tem esse perfil ou não, pois as pessoas tornam-se intraempreendedoras quando as circunstâncias levam a um ato de vontade: a decisão de fazer acontecer (PINCHOTT III, 1989, p. 28).

Ainda no mesmo contexto, muitas vezes, em ambientes organizacionais, os conceitos de intraempreendedorismo são difíceis de aplicar. Mesmo as pessoas tendo o desejo de olhar para novas formas e recursos para trabalhar de forma mais produtiva, muitas vezes, são frustradas por restrições situacionais, por obstáculos inerentes a um candidato à personalidade de inovador (COTTAM, 1989).

Cottam (1989) destaca que intraempreendedores, no entanto, devem ter habilidades para agir quando ocorrem problemas e implementar ideias com apoio organizacional e financeiro. O autor ainda ressalta que sem financiamento, empreendimentos intraempreendedores são quase impossíveis.

O intraempreendedorismo é uma prática revolucionária, que promove inovações dentro das organizações, motivando os (intra)empreendedores a realizar um desejo pessoal, os quais são satisfeitos normalmente por meio da criação de novos produtos e serviços que tenham importância tanto para ele como para a sociedade (PINCHOT III, 1989).

Dolabela (2008) destaca indivíduos que atuam em diversos setores da sociedade, como os políticos, pesquisadores, servidores públicos ou funcionários de instituições privadas, os quais podem e devem ser intraempreendedores. Esses profissionais podem atuar nas mais diversas áreas e organizações sendo elas privadas ou públicas, podendo ser no gerenciamento de pessoas, na criação de produtos e serviços, bem como na Biblioteconomia.

Esses profissionais detêm características, habilidades e competências distintas e peculiares. Diante disso, é importante destacar quais são essas características. Pinchot III sintetiza as semelhanças e diferenças das características de um empreendedor e um intraempreendedor (Quadro 1).

**Quadro 1 - Quem é o intraempreendedor?**

	<b>GERENTE TRADICIONAL</b>	<b>EMPREENDEADOR TRADICIONAL</b>	<b>INTRAEMPREENDEADOR</b>
<b>Motivos principais</b>	Quer promoções e outras recompensas corporativas.	Quer liberdade. É orientado para metas. É autoconfiante e automotivado.	Quer liberdade e acesso aos recursos da corporação. É orientado para metas e automotivado, mas também reage às recompensas e ao reconhecimento.
<b>Ação</b>	Delega a ação; supervisão e relatórios levam a maior parte de sua energia.	Põe a mão na massa. Pode aborrecer os empregados fazendo de repente o trabalho deles.	Põe a mão na massa. Pode saber como delegar, mas quando necessário faz o que deve ser feito.
<b>Habilidade</b>	Gerência profissional, habilidades políticas	Conhece bem o negócio. Agudez para negócios maior do que habilidade	Muito semelhante ao empreendedor, mas a situação exige maior



	e administração de pessoas.	gerencial ou política. Não raro possui formação técnica.	capacidade para prosperar dentro da organização. Necessita de ajuda neste aspecto.
<b>Coragem e destino</b>	Vigoroso e ambicioso. Teme que a capacidade dos outros possa prejudicá-lo.	Autoconfiante, otimista e corajoso.	Autoconfiante e corajoso. Muitos intraempreendedores são cínicos a respeito do sistema, mas otimistas quanto a sua capacidade de superá-lo.
<b>Atenção</b>	Principalmente sobre eventos dentro da corporação.	Principalmente sobre tecnologia de mercado.	Tanto dentro como fora. Vende aos de dentro as necessidades de risco e do mercado, mas também focaliza aos clientes.
<b>Risco</b>	Cuidadoso.	Gosta de riscos moderados. Investe	Gosta de riscos moderados. Em geral não teme ser

			pesado, mas espera ter sucesso.	demitido, portanto, vê pouco risco pessoal.
<b>Status</b>	Importa-se com símbolo de status (escritório no canto, etc.).	Fica feliz de sentar em um caixote, se o trabalho estiver sendo feito.	Considera os símbolos de status tradicionais uma piada – prefere símbolos de liberdade.	
<b>Pesquisa de mercado</b>	Manda fazer pesquisas de mercado para descobrir necessidades e guiar a conceituação do produto.	Cria necessidades. Cria produtos que, frequentemente não podem ser testados com pesquisa de mercado – os clientes em potencial ainda não os entendem. Fala com clientes, formando as próprias opiniões.	Faz a sua própria pesquisa e avaliação intuitiva do mercado, como o empreendedor	

<b>Fracasso e erro</b>	Esforça-se para evitar erros e fracassos. Adia o reconhecimento do fracasso.	Trata erros e fracassos de como experiência de aprendizado.	Sensível à necessidade de parecer disciplinado na corporação. Tenta ocultar os projetos arriscados, então pode aprender com os erros sem o custo político do fracasso público.
<b>Decisões</b>	Concorda com aqueles no poder. Adia decisões até sentir o que o chefe quer.	Segue a sua visão. Decisivo, orientado para o caos.	Gosta de fazer ou outros concordarem com sua visão.
<b>A quem serve</b>	Agrada aos outros.	Agrada a si mesmo e aos clientes.	Agrada a si mesmo, aos clientes e patrocinadores.
<b>Atitude em relação ao sistema</b>	Vê o sistema como nutriente e protetor, busca posição nele.	Pode avançar rapidamente em um sistema; então, quando	Não gosta do sistema, mas procura um padrinho para apoiar suas ideias.

			frustrado, rejeita o sistema e forma o seu próprio.	
<b>Estilo de solução de problemas</b>	Resolve os problemas dentro do sistema	Escapa de problemas em estruturas formais, deixando-as e começando por conta própria.	Resolve problemas dentro do sistema ou passa por cima dele.	
<b>Nível de instrução</b>	Alto	Menor em estudos antigos, alguns graduados, mas nenhum PhD nos mais recentes.	Com frequência alto, em particular em campos técnicos, às vezes não.	
<b>Relacionamento com outros</b>	Hierarquia	Transações e acordos como relacionamento básico.	Transações dentro da hierarquia.	

Fonte: Pinchot III (1989, p. 44).

Honesko (2001) afirma que os indivíduos que são intraempreendedores farão toda a diferença nos resultados da organização, entre o fracasso e o sucesso. É diante desse cenário que os bibliotecários precisam se capacitar para atender demandas sociais e se manter competitivos no mercado de trabalho que exige constantes inovações.

Para isso, o profissional da informação, geralmente visto desenvolvendo atividades técnicas tradicionais da área de Biblioteconomia, precisa assumir uma postura adequada às demandas, atrás das observações das exigências do mercado. Ou seja, exercer suas atividades profissionais de forma empreendedora, sendo proativo, inovador, assumindo riscos de suas ideias nas unidades de informação. Essa prática deveria ser pertinente ao papel do bibliotecário, com objetivo de inovar e criar serviços diferenciados para seus usuários (FEVRIER; SPUDEIT, 2016).

Honesko (2001) também afirma que se a unidade de informação adotar uma gestão intraempreendedora com ênfase na inovação e criatividade, poderá proporcionar a possibilidade de criação de um nicho de novos caminhos e oportunidades para que os gestores tenham uma ampla visão dos objetivos da organização e consciência do objetivo das atividades e dos serviços que a biblioteca oferece, tornando-os inovadores, diferenciados e relevantes. A autora enumera 10 características empreendedoras dos profissionais da informação: 1. busca de oportunidade e iniciativa; 2. persistência; 3. riscos calculados; 4. exigência de qualidade e eficiência; 5. comprometimento; 6. busca de informações; 7. estabelecimento de metas; 8. planejamento e monitoramento sistemáticos; 9. persuasão e rede de contatos; e 10. independência e autoconfiança.

Figueiredo (1989, p. 93) afirma que

[...] se não houver inovação, os profissionais da informação poderão tornar-se apenas guardiões do tesouro que pode se tornar obsoleto pelos serviços alternativos já existentes.

Inúmeros bibliotecários já estão atentos e já começaram a sair da inércia e desenvolver novos papéis e responsabilidades em seus locais de trabalho. Adequando, assim, seus espaços, serviços e produtos para suprir de forma eficaz as necessidades de informação dos indivíduos, na era da “Sociedade de Informação”.

## **INTRAEMPREENDEDORISMO NA BIBLIOTECONOMIA**

Honesko (2001) aponta que qualquer um pode se tornar um indivíduo intraempreendedor, visto que muitos produtos e serviços inovadores foram criados por pessoas que queriam melhorar os seus processos de trabalho. Na Biblioteconomia, há poucos trabalhos sobre a temática intraempreendedorismo, mas podemos destacar alguns mais recentes, como: “Empreendedorismo na área de Biblioteconomia: análise das atividades profissionais do bibliotecário formado na UDESC” de autoria de Antonio Alves e Delsi Davok; “O perfil do bibliotecário empreendedor” das autoras Daiana Conti, Maria Carolina Pinto e Delsi Davok; “O empreendedorismo no contexto da formação do bibliotecário da Universidade Federal de Alagoas” de autoria da Soraya Fonseca e Francisca Mota; “Desafio aos gestores de unidades de informação para implementar o intraempreendedorismo e o *empowerment*” dos autores Antonio Gomes, Astrid Honesko, Vera Lucia Silva e

Roberta Bem; “Intraempreendedorismo no contexto das unidades de informação” das autoras Priscila Fevrier e Daniela Spudeit, entre outros.

Diante disso, já existem alguns relatos de caso de sucessos das práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Acredita-se ser de extrema importância citar esses casos de sucesso para que outros bibliotecários possam se basear para desenvolver novos serviços, produtos ou processos, ou apenas usar esses exemplos aqui citados e adequar ao seu local de trabalho. A seguir, é possível verificar algumas práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia:

- **Biblioteca do Centro de Educação Básica - Feira de Santana (BA)**

Foram desenvolvidas algumas atividades como: o projeto Cuida de Mim, onde crianças das séries iniciais ficam responsáveis por um animal de brinquedo, durante uma semana. O animal acompanha uma carta explicativa endereçada aos pais, sobre a atividade e um caderno, no qual a criança precisa contar sua experiência com o brinquedo. No fim do ano é lançado um livro contendo as produções. Essa atividade possui objetivo de incentivar a escrita de maneira lúdica e divertida. Outro projeto é o Passaporte Biblioteca, que busca incentivar o hábito de ler, onde os livros que são retirados na Biblioteca como empréstimo domiciliar são registrados no “Passaporte Biblioteca” com um carimbo e com um visto do funcionário da biblioteca. O aluno ao completar seu passaporte ganha um brinde relacionado com a leitura ou escrita; na biblioteca, realiza-se também exibição de filmes que trazem temas para reflexão; o projeto de contação de histórias se intitula “conhecendo novos mundos com a leitura”; além dessa atividade, também são realizadas rodas de leitura e

discussão sobre os temas relacionados aos livros, visando à formação crítica dos alunos (FERREIRA; SANTANA, 2013).

- **Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Lages (SC)**

Nesta biblioteca, foi criado o projeto “Arte e Cultura na Biblioteca”. As atividades têm como objetivo possibilitar para a comunidade da região ações que pudessem desenvolver aperfeiçoamento e transformação social. Para que pudessem ser realizadas, a equipe fez parcerias e organizaram exposições, palestras, cinema e oficinas. Também fizeram copa de xadrez, exposições diversas, sobre folclore, exposições itinerantes, revolução farroupilha, oficina literária, exposição “arte de brincar”, entre outras, que mostram o estabelecimento de parcerias com outras instituições e a valorização da cultura da região, como foi o foco de algumas atividades (BURIN; LIMA, 2013).

- **Biblioteca Universitária do curso de Engenharia - Santa Catarina (SC)**

Nesta Biblioteca de Engenharia, nos últimos dois anos (2017-2018), foram realizadas ações inovadoras para melhorar o uso, visando atrair e efetivar os indivíduos que fazem uso do espaço e dos serviços. Dentre as ações que foram desenvolvidas nessa unidade, estão: confraternizações (*coffee break* na semana do livro e biblioteca, festa juninas, *open coffee* na biblioteca e *coffee break* de recepção dos calouros no início de cada semestre); recepções de discentes, oficinas (Mendeley e base de dados, oratória e gestão de bibliotecas escolares ministrada na Feira do Livro de Chapecó), palestras, exposições de filmes e



documentários (exibição de minidocumentário “*Fast Food é Droga*” e do filme “*A Sociedade Literária e a Torta de Casca de Batata*”), feira de livros, brechó, campanha da multa solidária, editoração científica (da Revista CSBEA), normalização, aula de meditação e relaxamento, premiações e produção de conteúdo para mídia digital (*Facebook*) (TREVISOL NETO; FRANCESCHI, 2019).

Além desses exemplos, existem vários outros casos de sucessos de práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia e de bibliotecários intraempreendedores que atuam dentro de organizações, empresas planejando, desenvolvendo e promovendo serviços diferenciados e inovadores em diversas regiões como veremos nos resultados desta pesquisa.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para conhecer algumas práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia, escolheu-se duas redes de bibliotecas sistematizadas no estado de Santa Catarina vinculadas às instituições de ensino técnico e tecnológico que possuem abrangência nacional, uma voltada para a área da indústria e outra para comércio/serviços. São redes que possuem coordenações e existem há mais de 10 anos, compartilham serviços, acervos, recursos, além de terem bibliotecários nas equipes que desenvolvem políticas, projetos e parcerias para implementar ações em seus espaços de trabalhos.

Escolheu-se esse conjunto de unidades de informação como foco da pesquisa porque há características mistas, ou seja, possuem diferentes tipos de público-alvo, acervos e serviços. Algumas têm foco mais escolar, outros mais especializado e outras universitárias, sem falar naquelas que reúnem duplas características.

Como instrumento para coleta de dados foi criado um questionário online (por meio do *Google Forms*) e enviado por e-mail para todos os 32 bibliotecários que atuam nas unidades de informação selecionadas para compor o universo da pesquisa. Porém, houve retorno de 20 profissionais que aceitaram responder a pesquisa. Os nomes e e-mails deles estão disponibilizados no site das instituições.

O questionário tem quatro questões, sendo três discursivas e uma de múltipla escolha que permitia quatro tipos de respostas (sempre, quase sempre, quase nunca, nunca). Ao fazer o pré-teste, percebeu-se que se colocássemos a opção “às vezes” poderia induzir as pessoas a assinalarem somente essa alternativa, por isso essa opção foi retirada.

Dessa forma, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa. Organizou-se os resultados em quatro categorias de análise: perfil, competências, ações e desafios que são apresentados na próxima seção.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Na primeira questão, apresentou-se um conceito do que é ser intraempreendedor de acordo com Pinchott (1989) e foi perguntado se as pessoas se consideravam com perfil intraempreendedor, com justificativa para a resposta. Dos 20 respondentes, 14 assinalaram que tinham o perfil e justificaram:

Sim! Procuo utilizar os recursos disponíveis para inovar nos processos de trabalho com ações diferenciadas. (P3).

Sim, por ter autonomia, sempre buscando ampliar a rede de contatos e buscando criar novas estratégias para incentivar a leitura e participando de diversas atividades além da biblioteca. (P7).

Possuo. Gosto de identificar os "espaços vazios", aqui cabe tempo ocioso dos espaços também - e penso como poderiam ser preenchidos, aliada às demandas de maior ocorrência, busco criar serviços melhor elaborados que podem trazer melhores resultados do que se realizados de forma aleatória cerceado por fatores externos. Isso faz bem para o público, a empresa, meu desenvolvimento profissional. (P8).

Sim, absolutamente, sempre tento criar produtos e serviços novos que atendem as necessidades dos usuários ou que podem vir a surgir. Superar as expectativas dos mesmos, torna com que eles se tornem clientes fiéis. (P10).

Sim. O fato de trabalhar em biblioteca não significa que a ação tem que ser isolada, muito pelo contrário, é preciso um trabalho colaborativo para que as atividades sejam realizadas. É preciso está envolvido em todas as atividades da Faculdade para que todo o teu trabalhado seja visto. (P12).

Sim. Costumo me dispor a colaborar e, em muitas vezes, coordenar ações que são demandas na instituição. É um hábito querer

sempre o melhor (desde a decoração mais bonita, o melhor enquadramento da foto ou a programação mais interessante). É uma constante querer novidades no espaço de trabalho, pensando que também algo simples pode ser inovador. (P13).

Sim, sempre estou à procura de parceiras, e novas formas de incluir a Biblioteca nos projetos e ações desenvolvidas por outros setores, assim como trazer outros setores e pessoas para que vejam e criem possibilidades de atividades com a Biblioteca. (P15).

Sim, justamente por conta das oportunidades oferecidas atualmente pela empresa. Estamos em processo de solidificar o novo setor e para isso trabalhando com novos projetos, não somente na entrega dos mesmos, mas inclusive na gestão e bem-estar da equipe (aprendizado de novos idiomas, meditação, clube de leitura, reuniões não-tradicionais, entre outros). (P19).

Nos depoimentos, é interessante perceber as características apontadas por Honesko (2001) e Pinchott (1989) que se relacionam ao trabalho e equipe colaborativo, inovação, vontade de fazer dar certo, foco no cliente, parcerias, interdisciplinaridade, busca de resultados baseados nas demandas, entre outros. São profissionais que não se contentam com as negativas ou falta de recursos, buscam parcerias, conhecimento, estão se qualificando e ampliando sua atuação em projetos fora das paredes das bibliotecas. Um dos respondentes, informou que possuem perfil parcial porque:

Consigo criar rede de contatos, tenho uma liberdade para inovar e criar, desde que aprovadas (o que são na maioria das vezes) e utilizo de recursos e oportunidades da empresa, porém, não criamos equipes. De qualquer forma, também aproveito situações que não incluem meu trabalho como Bibliotecária, mas que participando de outros grupos já formados (comissões por exemplo), consigo aliar e criar oportunidades em conjunto com a biblioteca, evidenciando-a cada vez mais. (P4).

Entretanto, quatro responderam que não possuem perfil, um não justificou o motivo, mas os outros três explicam que:

Nas minhas atividades devo sempre estar atento às diretrizes e planos da ação da empresa, bem como a questão de custos da mesma. Há algumas possibilidades de criação, mas não limitadas. Há também uma dificuldade em se entender na cultura organizacional que o papel da biblioteca é maior do que só entregar e guardar livros. (P3).

Não. Odeio esse termo empreendedor e toda a carga negativa que ele carrega, ele pressupõe que todos estão na mesma sistemática, o que, dado a realidade, sabemos que é falho quando lidamos com o “humano”. O que acontece aqui em minha biblioteca é que as coisas são feitas porque elas têm que serem feitas, independente do “intraempreendedorismo”, relações

acontecem, relações se desfazem, projetos dão certo, projetos falham, tudo organicamente e sem nenhuma pressão. É assim que nasce ideias saudáveis. (P5).

Não. Atualmente na unidade onde trabalho não são investidos recursos na biblioteca e a direção não dá liberdade para agir “inovadoramente” temos uma gestão engessada e conservadora atuando a muitos anos. Todos os projetos e atividades passam pela aprovação da direção que em sua maioria não aprova nada e centraliza todas as decisões, não deixando os setores e seus responsáveis tomar nenhuma decisão. (P14).

Nos depoimentos acima, percebe-se que há contradições, seja por falta de conhecimento do que seja intraempreendedorismo ou mesmo por não concordar com o conceito cunhado na década de 1980 que já possui vários estudos científicos comprovando tais práticas corporativas. Muitas vezes, os profissionais não se percebem como intraempreendedores porque acham que não tem recursos, autonomia ou mesmo relacionam essa prática ao tipo de gestão praticada na empresa. Cabe esclarecer que o intraempreendedorismo não se relaciona e nem depende de nenhum desses fatores, visto que é uma característica pessoal ou competência que pode ser desenvolvida por qualquer um.

Krummenauer (2016) explica que o intraempreendedorismo influencia diretamente na satisfação do colaborador, auxiliando ainda na retenção de talentos, otimização de recursos e manutenção do capital intelectual. É possível afirmar ainda que essa modalidade de

empreendedorismo pode estar condicionada a três aspectos: o perfil dos colaboradores, o ambiente e a cultura organizacional e, finalmente, o papel da liderança. Daí a necessidade de a instituição fomentar o intraempreendedorismo como prática de gestão para buscar inovação, garantir competitividade e produtividade.

Na segunda questão, foi feita uma análise no que tange às competências intraempreendedoras agrupadas por Gomes e Nassif (2008) conforme Quadro 2:

**Quadro 2 - Competências intraempreendedoras.**

<p><b>De oportunidade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Identificar oportunidades de negócio</li><li>b) Identificar pontos de melhoria nos processos</li><li>c) Perceber momento adequado para apresentação de uma ideia/proposta</li><li>d) Pesquisar oportunidades/Manter-se atualizado com o mercado de atuação</li><li>e) Visão de negócios</li></ul>
<p><b>Conceituais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Autogerenciamento</li><li>b) Buscar inovações</li><li>c) Capacidade de análise crítica</li><li>d) Capacidade de solucionar problemas</li><li>e) Manter-se atualizado tecnicamente</li><li>f) Procurar ver por diferentes</li><li>g) Raciocinar de forma criativa</li><li>h) Raciocínio lógico</li><li>i) Saber atuar com autonomia, respeitando seus limites de atuação</li><li>j) Saber identificar, assumir e conviver com riscos</li><li>k) Ter sensibilidade para aprender com situações</li><li>l) Tomar decisão</li></ul>



<p><b>Sociais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Capacidade de comunicação</li> <li>b) Capacidade para negociar</li> <li>c) Construir, manter e utilizar redes de relacionamentos</li> <li>d) Perceber o cliente em suas características e necessidades</li> <li>e) Relacionamento interpessoal</li> <li>f) Trabalhar em equipe</li> <li>g) Trabalhar em parceria/Buscar parceiros/Envolver parceiros</li> <li>h) Utilizar estratégias para influenciar ou persuadir pessoas/Vender suas ideias</li> </ul>
<p><b>Organizadoras</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Administrar conflitos</li> <li>b) Capacidade de mobilizar pessoas para viabilizar resultados</li> <li>c) Compartilhar ideias e objetivos</li> <li>d) Gerenciar equipes (trabalhar motivação, características individuais, traçar desafios, saber delegar, estimular desenvolvimento de ideias, valorizar e reconhecer)</li> <li>e) Gerenciar metas e resultados</li> <li>f) Planejar ações de desenvolvimento e implementação</li> <li>g) Utilizar recursos e capacidades de forma racional e criativa para gerar resultados</li> <li>h) Visão global da organização</li> <li>i) Visão sistêmica</li> </ul>

<p><b>Estratégicas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Capacidade de executar mudanças estratégicas em ambientes adversos</li> <li>b) Entender a cultura da organização</li> <li>c) Executar metas estabelecidas</li> <li>d) Planejar negociações</li> <li>e) Saber hora de recuar em alguma proposição ou ação</li> <li>f) Ter sensibilidade para perceber e lidar com a política interna da organização</li> <li>g) Transformar ideias em realidade/Capacidade de criar realidade diferente</li> <li>h) Visão de futuro</li> <li>i) Visão estratégica</li> </ul>
<p><b>Comprometimento</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Agir por antecipação, não precisar ser solicitado ou forçado por circunstâncias</li> <li>b) Capacidade de recomeçar após fracassos</li> <li>c) Comprometer-se com crenças e valores</li> <li>d) Dedicar-se ao trabalho</li> <li>e) Equilibrar vida profissional e pessoal</li> <li>f) Iniciativa</li> <li>g) Manter comprometimento em relação ao negócio</li> <li>h) Pôr a mão na massa</li> <li>i) Responsabilidade com resultados e sustentabilidade do negócio</li> </ul>

<b>Comportamentais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Assertividade</li><li>b) Autoconfiança</li><li>c) Autoconhecimento/Autocontrole (manter a calma em situações, lidar com adversidades, administrar própria impetuosidade e frustração)</li><li>d) Flexibilidade/Adaptabilidade</li><li>e) Objetividade</li><li>f) Ousadia</li><li>g) Credibilidade</li><li>h) Saber ouvir</li><li>i) Versatilidade</li></ul>
------------------------	--

Fonte: Gomes e Nassif (2008, p. 12).

Rabaglio (2001) e Fleury e Fleury (2001) definem competências como sendo um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que permitam ao indivíduo desempenhar com eficácia determinadas tarefas, em qualquer situação. Por isso, relaciona-se a um saber-agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

Nas respostas dos bibliotecários que participaram da pesquisa, a opção “sempre” foi assinalada nas seguintes competências: identificação de oportunidades para inovar, sensibilidade para aprender, comunicação, trabalho em equipe, compartilhamento de ideias e objetivos, execução de metas, dedicação ao trabalho, iniciativa, comprometimento, responsabilidade com resultados, autoconhecimento e flexibilidade, mostrando que os profissionais respondentes têm uma preocupação em se desenvolver e possuem as competências intraempreendedoras necessárias para aplicação em seu local trabalho.

Também, observa-se que a percepção do momento para apresentar uma ideia, pesquisa de oportunidades, visão de negócio, visão por ângulos diferentes, raciocínio de forma criativa, raciocínio lógico, atuação com autonomia, relacionamento interpessoal, captação de parceiros, uso de estratégias para influenciar, administração de conflitos, gerenciamento de equipes, visão sistêmica, capacidade para realizar mudanças, sensibilidade para lidar com a política da organização, transformação de ideias em realidade, equilíbrio de vida pessoal e profissional, assertividade e autocontrole foram as

competências assinaladas como sendo “quase sempre” presentes no perfil dos profissionais pesquisados.

É interessante perceber isso como um diferencial já que cada vez mais o mercado exige profissionais com perfil diferenciado, que tenham boa comunicação, relacionamento, autonomia, flexibilidade e visão do processo com um todo. As demandas são muitas, porém, quando os profissionais têm interesse e desenvolvem habilidades específicas conseguem atender às necessidades da organização, dos clientes e também suas próprias expectativas.

Segundo Marchiori (2002), na literatura são retratadas as competências individuais, profissionais e das organizações como responsáveis pelas atividades de informação e aprendizado voltadas para a sociedade, de forma a impulsionar a economia voltada para a produção de bens, serviços e atividades de informação. Assim sendo, o domínio de determinadas competências é fundamental para que o bibliotecário se diferencie no mercado, de modo a estar preparado para atender às demandas do trabalho na contemporaneidade.

A opção “nunca” apareceu com ênfase em apenas três competências, uma que se relaciona ao atingimento de metas, compartilhamento de objetivos e relacionamento interpessoal. Ou seja, embora grande parte dos profissionais pesquisados tenham as competências intraempreendedoras apontadas por Gomes e Nassif (2008), as que estão relacionadas com metas, objetivos e relacionamento precisam ser aperfeiçoadas. Embora, muitas vezes, os profissionais tenham boa comunicação, estejam atualizados, consigam solucionar problemas, tenham boa visão estratégica e sistêmica, saibam trabalhar em equipe, consigam mobilizar pessoas e recursos, se não conseguirem alcançar as

metas e objetivos propostos pelas organizações, os resultados não serão os mesmos. É necessário rever o planejamento, a captação, a divisão de tarefas, o alinhamento das estratégias com resultados entre outras ações para desenvolver essas competências.

Na terceira questão foi perguntado quais ações intraempreendedoras eram realizadas em seu local de trabalho. Percebeu-se que alguns relacionaram-na a serviços organizados pelas bibliotecas que atuam. Outros, voltaram-se aos métodos como esses serviços são organizados. Em relação aos serviços, foi citado:

Abertura para eventos na biblioteca diferenciados, projetos sociais de apoio a comunidade local, participação em diversos grupos de trabalho como CPA, CIPA, comitês de trabalhos, participação em eventos, cursos externos da área e outros, inclusão em grupos da Rede de bibliotecas nacional e estadual, trabalho com grupo de Desenvolvimento de Recursos Didáticos, etc. (P9).

Oferta de novos serviços informacionais, projetos comunitários, inovação nos processos já existentes na unidade de informação! (P11).

Criação da primeira aromateca de óleos essenciais do Brasil. Criação de empréstimo de carregadores de celular e guarda-chuva. Projeto Dica do Bibliotecário. Projeto Mês Temático. (P12).

Em relação aos métodos, alguns citaram o uso de tecnologias, trabalho em equipe, mudanças no espaço físico ou na forma de planejar e desenvolver alguma ação. São iniciativas que merecem reconhecimento por parte da instituição porque, muitas vezes, os profissionais alegam não ter pessoas na equipe, recursos financeiros ou mesmo tempo para realizar ações diferenciadas. Porém, mesmo assim, buscam estratégias e parcerias para evidenciar o trabalho realizado na unidade de informação.

Inserção de novas tecnologias para o ambiente de trabalho, com o objetivo de captar mais alunos para o espaço da biblioteca. (P5).

Trabalhos em equipe, desenvolvimento de estratégias e participação em eventos para divulgação do ambiente em que trabalho e atraia mais os usuários. (P8).

Palestras sobre temas atuais; Exibição de filmes na biblioteca sobre temas que podem ser trabalhados com alunos; *workshop* para fazer um bom Curriculum Vitae; Entrevistas de emprego. (P14).

Busco me colocar em todos os espaços para colaborar e/ou tomar frente da coordenação de ações, propiciando com o meu crescimento pessoal e profissional e garantindo que a “ação em si” aconteça da melhor forma para a organização. (P15).

Sem recursos (da unidade) e liberdade para inovar e criar, uso das ações propostas pelo Departamento Regional, como Concurso Literário, Semana do Livro, Semana Acadêmica, etc. para criar ações de interação entre a comunidade acadêmica. Uso das minhas próprias redes sociais para divulgar meu trabalho e serviços da biblioteca, pois as publicações nas redes sociais da instituição também passam pelo crivo da direção da unidade. (P16).

Encabeçamos várias ações que mobilizam os alunos na busca por novos conhecimentos por meio de trocas de experiências e ações coletivas. Como incentivo para criar grupos de discussões, redes de contatos e trabalhos colaborativos entre os diversos cursos. Oferecendo o espaço da Biblioteca como *coworking*, inserindo novos itens no acervo para uso coletivo (Biblioteca das coisas) e buscando implementar a Biblioteca Humana, onde as pessoas também viram fontes ricas de informação. Pensando sempre na Biblioteca como um espaço dinâmico e de interação para a construção de conhecimentos e novas ideias. (P17).

Pesquisas de informações relacionadas aos cursos, que podem ou não interessar aos docentes e discentes e beneficiar no ensino e aprendizagem, bem como, os mesmos desenvolverem novas oportunidades e



inovadoras de empreendimentos e negócios positivos; promoção de feiras do livro com livrarias e vendedores de livros para incentivar a leitura; exposições temáticas que podem incentivar outras pessoas em tais ações (intra e empreendedorismo). (P20).

Por fim, questionou-se sobre os desafios encontrados pelos profissionais para desenvolver um perfil e práticas intraempreendedoras em seu local de atuação. Alguns justificaram a falta de recursos financeiros ou de pessoas na equipe que afetam diretamente o ambiente que atuam:

Autogerir é um complicador dentro de um cenário de metas, com poucos recursos, ambiente hostil em relação a importância de um sistema de informação que não gera lucro real. Conhecimento do negócio, convencimento da importância da profissão e do sistema de informação, dialogar e politizar em pró da atividade e do sistema de informação. (P3).

Recursos financeiros e humanos, resistência às mudanças por parte da equipe. (P4).

Hierarquização e recursos. (P5).

Equipe enxuta, dificuldade de recursos, atualmente mudança de gestão e equipes, suporte de TI adequado tanto de recursos

quanto de disponibilidade, Falta de lideranças com perfil intraempreendedor. (P8).

O desafio principal é a falta de recursos, neste sentido, grande parte de minhas ações são pautadas em parcerias, aos quais não precisa de recursos financeiros para poder implantar. Outro desafio é tentar entender quais são as novas necessidades de nossos usuários, que nem sempre está explícito, para poder ajudá-los em um novo produto ou serviço. (P11).

Na maioria das vezes os recursos financeiros. (P12).

Dar conta da demanda (ou excesso) de trabalho que isso gera. Daí a importância de ter uma equipe boa que se possa auxiliar e delegar funções. (P14).

A principal dificuldade atualmente é a quantidade de pessoas na equipe, para trabalhar todas as possibilidades, falta recurso humano para poder oferecer e ampliar as atividades propostas. Onde o atendimento de balcão de empréstimo limita a realização de outras atividades. (P16).

Nas respostas acima, observou-se que as instituições, muitas vezes, não dão boas condições para que os profissionais intraempreendedores possam realizar suas tarefas de forma inovadora. Nesse contexto, Fialho et al. (2007, p. 44) advertem que

as organizações devem proporcionar condições para os intraempreendedores,

Para que uma organização consiga reter seus melhores inovadores, é preciso dar-lhes oportunidade para que realizem suas ideias sem que precisem deixar sua empresa. É preciso dar condições para que esses empreendedores corporativos possam conceber visões de negócios e transformá-las em realidades lucrativas para a organização. (FIALHO et al., 2007, p. 44).

Ainda no contexto acima, Trevisol e Franceschi (2019) comentam que se ouve frequentemente de alguns bibliotecários e outros profissionais que atuam em unidades de informação que a carência de ajuda financeira é o principal desafio para o desenvolvimento de ações diferenciadas/inovadoras. Diante dessa realidade, entende-se que compete ao profissional criar novas possibilidades e alternativas para realizar suas novas ideias dentro de seu espaço de trabalho.

Ao analisarmos os depoimentos coletados acima descritos, observamos que os profissionais possuem as características descritas para um intraempreendedor. Apesar dos percalços e desafios apresentados pelas instituições e seus gestores, como falta de recursos financeiros, falta de autonomia, falta de pessoal na equipe, não ter tempo para desenvolver ações diferenciadas/inovadoras e o não entendimento sobre as práticas intraempreendedoras e o que elas podem oferecer e proporcionar para a instituição, sendo ela com ou sem fins lucrativos, são os principais motivos para não intraempreender. No entanto,

mesmo com os desafios, esses bibliotecários buscam artifícios e estratégias, formam parcerias para colocar em prática e evidenciar o trabalho realizado na unidade de informação. E por fim, entende-se que as organizações devem proporcionar condições para os intraempreendedores, e assim esses profissionais irão trazer bons resultados para as organizações, tanto financeiros, como outros.

## **CONCLUSÃO**

O presente estudo atendeu a totalidade da proposição destacada no objetivo de apresentar as práticas intraempreendedoras de bibliotecários atuantes em duas redes de bibliotecas especializadas em Santa Catarina, bem como foi possível conhecer sobre os serviços, métodos e desafios encontrados nesses espaços. A constante evolução tecnológica ocorrida em praticamente todos os aspectos cotidianos se constitui em processo histórico especialmente acelerado nas últimas décadas, o que acarretou modificações importantes nas atividades ligadas à informação, como na Biblioteconomia, como foi o caso de diversas estratégias e recursos apontados pelos respondentes para a busca da inovação e da melhoria do seu trabalho.

A definição do que é ser intraempreendedor, na visão dos respondentes, está contemplada no que aponta a literatura, que define as ações intraempreendedoras quando utilizam os recursos disponíveis para desenvolver ações diferenciadas, criam novas estratégias, oferecem serviços mais elaborados que possibilitam melhor resultados, além da necessidade de desenvolver um tipo de trabalho mais colaborativo.

Em todas as áreas de conhecimento, os profissionais devem ser incentivados ou desafiados a melhorar suas competências profissionais e pessoais, sendo item basilar relevante na sua área de atuação e no desenvolvimento da sua carreira futura. Para isso é necessário rever o planejamento, a captação, a divisão de tarefas, o alinhamento das estratégias com resultados entre outras ações para desenvolver essas competências.

É interessante perceber que o bibliotecário precisa sair de sua zona de conforto e vivenciar outra realidade, cuja exigência é ter um perfil diferenciado que, dentre outras questões, exigem: boa comunicação, bom relacionamento interpessoal, autonomia, flexibilidade e visão do processo num todo, dentre outros. As demandas são muitas, porém, quando os bibliotecários têm interesse e desenvolvem competências específicas conseguem atender às necessidades da Biblioteconomia, das bibliotecas, dos usuários da informação, da sociedade em geral e suas próprias expectativas. Desse modo, os bibliotecários, objeto deste estudo, atuantes nas bibliotecas escolhidas como o campo de pesquisa, detêm características e se utilizam de práticas intraempreendedoras para execução de suas tarefas de forma inovadora.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. A.; DAVOK, D. F. Empreendedorismo na área de biblioteconomia: análise das atividades profissionais do bibliotecário formado na UDESC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 1, p. 313-330, 2009.

ARAÚJO, E. B. *Entrepreneurship e intrapreneurship: uma trajetória literária de 1979 a 1988*. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 67-76, out./dez. 1988.

BURIN, C. K.; LIMA, M. M. de. Arte e cultura na Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Lages: uma experiência. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônico[...]** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 37-47.

CONTI, D. L.; PINTO, M. C. C.; DAVOK, D. F. O perfil do bibliotecário empreendedor. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 1, p. 27-46, 2009.

COTTAM, K. M. The impact of the library “intrapreneur” on technology. **Library Trends**, v. 37, n. 4, p. 521-531, 1989.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócio**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FERREIRA, M. do C. S. B.; SANTANA, I. C. N. Biblioteca escolar: estratégias para torná-la mais atraente. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônico[...]** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 6- 10.

FEVRIER, P.; SPUDEIT, D. Intraempreendedorismo no contexto das unidades de informação. *In: SPUDEIT, Daniela (Org.). Empreendedorismo na Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016. p. 42-58.

- FIALHO, F. A. P. et al. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.
- FIGUEIREDO, N. Inovação, produtividade e sistemas de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 83-95, jan./jun. 1989.
- FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. Especial, p. 183-196, 2001.
- FONSECA, S. D.; MOTA, F. R. L. O empreendedorismo no contexto da formação do bibliotecário da universidade federal de alagoas. **Ciência da Informação em Revista**, v. 3, n. 2, p. 3-9, 2016.
- GOMES FILHO, A. C.; HONESKO, A.; SILVA, V. L. B.; BEM, R. M. Desafio aos gestores de unidades de informação para implementar o intraempreendedorismo e o empowerment. **Informação & Informação**, v. 16, n. 3, p. 118-141, 2011.
- GOMES, M. C.; NASSIF, V. M. J. Competências que caracterizam o Intraempreendedor: um estudo exploratório. *In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA*, 25., 2008. Brasília. **Anais eletrônico[...]** Brasília: ANPAD, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/Simposio365.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade por meio do intraempreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- HONESKO, A. **Empreendedorismo em bibliotecárias universitárias: um estudo do cenário paranaense**. 2001. 124 f.

Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Departamento de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2001.

KRUMMENAUER, A. Como o intraempreendedorismo pode impulsionar a inovação em sua empresa. **Endeavor Brasil**, 2016. Disponível em:

<https://endeavor.org.br/pessoas/intraempreendedorismo-inovacao-empresa/>. Acesso em: 10 maio 2019.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002.

PINCHOT III, G. *Intrapreneuring*: porque você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor. São Paulo: Harbra, 1989.

PINCHOT, G. **Intra-empendedorismo na prática**: um guia de inovação nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RABAGLIO, M. O. **Seleção por competência**. 5. ed. São Paulo: Educador, 2001.

TREVISOL NETO, O.; FRANCESCHI, M. S. Ações intraempreendedoras em uma biblioteca universitária especializada. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 281-296, abr. 2019.



# **A GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS NO AMBIENTE CORPORATIVO**

*Heloisa Costa*

*Sonali Paula Molin Bedin*

## **INTRODUÇÃO**

O gerenciamento de grandes volumes de massas documentais se constitui em um dos problemas vivenciados pelas organizações, que geralmente desconhecem a aplicação de métodos e técnicas para gerenciar e criar padrões de arquivamento de seus documentos. Com sua realização, são possíveis a rápida recuperação e o descarte seguro de documentos. As organizações guardam a sua história por meio da documentação adquirida ao longo dos anos, e se consolidam no mercado também com a utilização desses mesmos documentos, por isso, a importância da preservação e conservação deles.

Documentos são gerados em qualquer tipo de organização. Apesar de todo aparato tecnológico, que cada vez mais está disponível no dia a dia das organizações, a produção de papel é bastante presente na rotina das atividades. Estejam em meio convencional (papel) ou digital, manter esses documentos tratados e organizados implica em redução de custos e agilidade na execução de atividades diárias, desde as operacionais até as estratégicas, que envolvem a tomada de decisão.

“A gestão documental é essencial para as organizações empresariais, pois atua desde a produção até a guarda ou

eliminação do documento” (VALENTIM, 2012, p. 12). Assim, a importância do processo de gestão documental para uma organização geralmente está ligada ao aumento do volume de documentos, que são necessários às atividades da empresa, pois refletem sua origem e crescimento e são a principal fonte de informação de todas as suas atividades. Outro fator que pode desencadear o início do processo de gestão de documentos nas organizações é a necessidade de obter espaço físico, pois o grande volume produzido e não tratado representa a ocupação de um espaço que pode ser utilizado para a expansão do ambiente organizacional.

No entanto, de acordo com Rodrigues (2014), quando se impõe a necessidade de produzir documentos autênticos, de avaliar o volume da produção documental de um órgão e de recuperar informações, com a necessária agilidade exigida pela administração moderna, muitas questões se colocam e remetem à necessidade da definição de critérios normalizados para implantar programas de gestão documental, seja em ambiente convencional ou eletrônico. Muitos documentos são arquivados de forma aleatória, sem uma estrutura que facilite a sua localização, quando se fizer necessário. Outros são expostos a fatores que podem provocar danos irreparáveis (FANTINI, 2001). Na maioria dos casos, as pessoas que lidam com documentos sentem a necessidade de guardar toda a ‘papelada’ produzida diariamente: e-mails, contratos, propostas, mapas, folders, dentre outros diferentes tipos documentais existentes inerentes às atividades operacionais. Grande parte do corpo funcional tem certo receio em descartar documentos, acreditando que poderá, em algum momento, ser necessário consultá-los. Por outro lado, existem alguns produtores de documentos que descartam

absolutamente toda a documentação produzida, acreditando não ser necessário armazená-la, pois não irão mais consultá-la. Nenhum desses comportamentos é o ideal quando se pensa em gestão arquivística de documentos. Nesse sentido, chama-se a atenção para a questão cultural do uso do papel nas organizações, que se constitui em um dos maiores entraves na hora de se trabalhar a gestão de documentos.

Implantar programas de gestão de documentos nas empresas é um processo longo que exige o entendimento da alta direção, tendo em vista que é necessário sensibilizar e conscientizar, enfatizando a necessidade de apoio ao processo e buscando fortalecer o relacionamento e envolvimento dos setores da instituição.

Este estudo descreve como aconteceu a execução de um projeto de gestão de documentos em uma empresa privada que atua no ramo da saúde e realiza serviços de diagnóstico médico por imagem. O objetivo geral foi tratar e organizar o acervo documental (em meio convencional) da empresa, dentro dos padrões arquivísticos e disponibilizá-lo em base de dados automatizada.

O foco deste capítulo se refere à execução de um projeto de consultoria em gestão de documentos, tendo em vista que esse tipo de prestação de serviço é um nicho de atuação do profissional da informação (bibliotecários e arquivistas). De acordo com Valentim (2012), o mercado de trabalho está em expansão e o profissional da informação pode atuar na gestão de documentos como empreendedor, atuando com consultoria e assessoria, cuidando desde a produção até a guarda ou eliminação de documentos. Portanto, esta investigação é de cunho prático,

buscando apresentar as técnicas e soluções utilizadas para tratar a massa documental encontrada na empresa estudada.

A gestão documental contemplou documentos oriundos das atividades-meio e fim da empresa, sendo tratados aqueles da área financeira, recursos humanos, administrativos e contábeis, e os que são gerados pela atividade-fim da empresa, compreendendo: exames (documentos em papel ou filme), laudos médicos, receitas, protocolos de entrega de exames, questionários e formulários específicos para realização de exames, sendo estes, documentos que pertencem ao dossiê do cliente, os quais a empresa tem o dever de manter guarda permanente, caso o cliente não os retire para sua guarda pessoal.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **A INFLUÊNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL NO PROCESSO DE GESTÃO DOCUMENTAL**

As organizações estão expostas a frequentes transformações, e isso traz a necessidade de também mudar internamente. No entanto, a resistência à mudança pode se tornar um entrave na hora da implantação de novos processos e formas de trabalho. Não é diferente quando esses processos se relacionam com o arquivo de documentos.

Para implantar o processo de gestão de documentos é necessário trabalhar a cultura organizacional e os processos de aprendizagem. Dependendo do tipo de cultura predominante e da abertura que se dá às inovações, uma empresa pode estar mais aberta ou fechada ao processo de mudança que a gestão documental requer das pessoas que nela atuam. De acordo com

Kisil (1998, p. 6),

Cultura organizacional significa um modo de vida, um sistema de crenças e valores, uma forma aceita de interação e de relacionamento típicos de determinada organização. Para que a organização possa sobreviver e se desenvolver, para que existam revitalização e inovação, deve-se mudar a cultura organizacional, sistema dentro do qual todos os elementos organizacionais estão imersos.

As organizações estão sempre sujeitas a situações mutáveis, tanto no contexto externo quanto interno e responder a essas situações faz parte do processo natural de mudança. Para enfrentar as pressões e forças desestabilizadoras ocasionadas pelas mudanças são necessários alguns ajustes que podem acontecer nos seguintes elementos: tarefas individuais, processos organizacionais, direção estratégica da organização e cultura organizacional (normas, valores e costumes da organização) (KISIL, 1998). Dessa forma, entende-se que é necessário considerar a cultura da empresa e das pessoas na implementação de novos processos. Quando não há um planejamento adequado, uma novidade pode gerar resistência e a não aceitação das mudanças propostas.

Nessa perspectiva, incluir as pessoas no processo de gestão documental é importante para valorizar o conhecimento que possuem em relação à história da organização e em relação aos documentos produzidos em diversas épocas. Por isso, o processo inclui a pesquisa e entrevista sobre as atividades desenvolvidas e a responsabilidade de cada indivíduo sobre a produção e

tramitação de documentos de sua área de atuação na empresa.

Toda mudança cultural requer capacitação constante e, dessa forma, o processo de gestão de documentos também contempla a capacitação dos colaboradores, explicitando os procedimentos que serão adotados dali por diante. Da mesma forma, o apoio da alta direção é fundamental para que qualquer processo de mudança obtenha um resultado positivo. Para Valentim (2012, p. 17), “[...] o apoio da alta administração é essencial para que a política documental seja bem-sucedida, bem como a alocação dos recursos necessários para sua implantação”. Nesse sentido, o entendimento dos dirigentes da organização sobre o processo de gestão documental e como ele vai se desenrolar na organização é o primeiro passo a ser dado.

## DIRETRIZES E NORMATIVAS DA GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS

A aplicação dos princípios teóricos da gestão de documentos envolve a construção de metodologias específicas, compatíveis com a história da organização. Como menciona Rodrigues (2014), os instrumentos técnicos direcionadores do estabelecimento das políticas na área, devem refletir e atender as demandas específicas do órgão produtor dos documentos, facilitando as tarefas arquivísticas e a rotina dos administradores.

Os objetivos da gestão de documentos podem se referir principalmente à: avaliação e seleção dos conjuntos de documentos que devem ser preservados permanentemente e dos que podem ser eliminados sem prejuízo de perda de informações substanciais; coordenação do sistema de arquivos do órgão, definindo procedimentos para o funcionamento dos arquivos e

garantindo as transferências, recolhimentos e pleno acesso aos documentos e centralização normativa dos aspectos que envolvem a produção documental do órgão ou setor (RODRIGUES, 2014).

A maioria das empresas de diferentes segmentos não possui conhecimento do processo de gestão de documentos, das funções arquivísticas e da extensa legislação disponibilizada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que se refere à produção, tramitação e uso dos documentos durante o seu ciclo de vida (fase corrente, intermediária e permanente). Paes (2005) afirma que é a partir do ciclo de vida dos arquivos que se elenca o valor do documento, seja administrativo ou histórico, e a partir dele se elabora uma Tabela de Temporalidade cujo objetivo é ditar o tempo de permanência de cada documento na organização, seja o descarte ou a guarda permanente.

De acordo com o estágio de evolução, Paes (2005) destaca que quando se leva em conta o tempo de existência de um arquivo, ele pode pertencer a um destes três estágios:

- a) Arquivo de Primeira Idade ou Corrente - guarda a documentação mais atual e frequentemente consultada, momento que eles possuem valor administrativo. Deve ser mantido na área de trabalho para facilitar a consulta. Somente os funcionários da instituição têm competência sobre o seu trato, classificação e utilização. O arquivo corrente é também conhecido como arquivo de movimento;
- b) Arquivo de Segunda Idade ou Intermediário - constituído de documentos que vieram do arquivo corrente, porque deixaram de ser usados com frequência, adquire valor probatório e/ou legal, eles ainda podem ser

consultados pelos órgãos que os produziram e os receberam se surgir uma situação idêntica àquela que os gerou. Não há necessidade desses documentos serem conservados nas proximidades das repartições ou escritórios, e a sua permanência no arquivo é transitória, uma vez que estão apenas aguardando para serem eliminados ou enviados ao arquivo permanente;

- c) Arquivo de Terceira Idade ou Permanente - nele se encontram os documentos que perderam o valor administrativo e cujo uso deixou de ser frequente, só ocasional. Eles são conservados somente pelo seu valor histórico, informativo para comprovar algo para fins de pesquisa em geral, permitindo que se conheça como os fatos evoluíram.

A adoção de técnicas arquivísticas adequadas permite não apenas a localização eficiente de um documento e uma informação contida nele, mas também, uma economia de recursos para a instituição (PAES, 2005). O aparato tecnológico disponível tem levado as empresas a investir na digitalização de documentos e em *softwares* de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), buscando administrar a massa documental armazenada em seus arquivos. São aplicados valores expressivos em projetos que, muitas vezes, nem são bem aproveitados pelos colaboradores, tendo seu uso e investimentos comprometidos. O que se percebe é que ainda existe a falta de conhecimento sobre as etapas da gestão arquivística que antecedem a GED.

Antes de proceder à digitalização da massa documental é necessário triar a documentação existente com a finalidade de conhecer os tipos documentais que uma determinada organização produz. Isto vai permitir atribuir a classificação ao documento,



possibilitando determinar o tempo de guarda, nas fases corrente, intermediária e permanente, e a destinação final: se esse documento deve ser mantido em guarda permanente ou eliminado.

O CONARQ disponibiliza uma publicação em seu site ([www.conarq.gov.br](http://www.conarq.gov.br)) intitulada “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo as Atividades-meio da Administração Pública”. Este documento se constitui no elemento essencial “à organização dos arquivos correntes e intermediários, permitindo acesso aos documentos por meio da racionalização e controle eficazes das informações” neles contidas (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 7). Em posse das informações contidas nesse documento é possível organizar a documentação de diferentes áreas, atribuindo-lhe um código de classificação e um tempo de guarda.

Além desse documento, a Política Nacional de Arquivos definiu um “conjunto de normas e procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar as atividades relativas aos serviços arquivísticos [...]” que se referem à administração pública, mas que podem ser utilizados para as empresas privadas, fazendo-se algumas adaptações (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 7).

A Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu artigo 3º, conceitua gestão de documentos como

[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando sua

eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Essa Lei também evidencia os princípios federalistas e de autonomia que definem os arquivos brasileiros e a criação do CONARQ, órgão que coordena o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR) (BRASIL, 1991). No Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (2005), a gestão documental é abordada como uma área da administração geral dos órgãos, relacionada com os princípios de economia e eficácia da produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos.

Para Paes (2005), a gestão de documentos é de ordem técnica e envolve todas as etapas pertinentes ao arquivamento de documentos, incluindo a produção, que implica a racionalização burocrática da “papeleria”; a utilização que seria a administração do arquivo e a avaliação e destinação de documentos conforme a tabela de temporalidade.

Para iniciar o processo de gestão documental em uma organização, alguns passos principais devem ser realizados. Paes (2005) destaca as etapas básicas da gestão de documentos como sendo a produção, a utilização e a destinação. A produção de documentos diz respeito à elaboração, normatização e padronização de documentos, para que seja evitada a duplicação e emissão de vias desnecessárias. A utilização de documentos inclui as atividades de recebimento, classificação, registro, distribuição, tramitação, organização, expedição e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, além da elaboração de normas para acesso e recuperação dos documentos no empréstimo e consulta. Na avaliação e destinação dos

documentos se desenvolve a análise e a avaliação dos documentos acumulados. É nessa última etapa que são estabelecidos seus prazos de guarda e sua destinação, sendo considerada a fase mais complexa da gestão (PAES, 2005).

Na fase de classificação são incluídos os códigos de classificação que permitirão fornecer ao documento uma contextualização. A classificação dos documentos determina e é determinada pelas demais atividades que compõem a Gestão de Documentos. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (2005), classificação é a “sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam distribuir os documentos de um arquivo” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 16). A investigação das características do órgão produtor – das funções, competências e atividades – permite que se posicione a tipologia documental produzida nas atividades-meio.

Considerada a principal ferramenta na gestão de documentos, a classificação deve atender as necessidades da empresa. Tem como objetivo manter o controle da massa documental e fazer cumprir a função do arquivo. Cabe ao responsável pela gestão de documentos deixar os métodos de classificação de forma transparente e de fácil acesso. Diante dessa realidade, o Plano de Classificação de Documentos de Arquivo assume importância como ferramenta de gestão documental, apresentando os documentos hierarquicamente organizados de acordo com a função, subfunção e atividade (classificação funcional), ou de acordo com o grupo, subgrupo e atividade (classificação estrutural), responsáveis por sua produção ou acumulação. Para recuperar com maior facilidade esse contexto

da produção documental, são atribuídos códigos numéricos aos tipos/séries documentais (BERNARDES; DELATORRE, 2008).

O objetivo da classificação dos documentos é facilitar a recuperação da informação ou do documento com economia de tempo e dinheiro. Com o Plano de Classificação, identifica-se também as funções que se relacionam com a administração interna da empresa, que são as atividades-meio, pois constituem os instrumentos utilizados pela organização para atingir os seus fins. São as atividades auxiliares, comuns a todos os órgãos públicos e empresas privadas, geralmente identificadas como Orçamento e Finanças, Recursos Humanos, Material e Patrimônio, Comunicação, Atividades Complementares como transporte, manutenção, portaria etc. Para alcançar esse objetivo, apesar do grande volume que uma empresa produz e recebe de documentos, torna-se necessário um Plano de Classificação que indique o grupo do documento, permitindo o seu correto arquivamento (BERNARDES; DELATORRE, 2008).

Além do Plano de Classificação, o CONARQ (2001, p. 43), apresenta o modelo de Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos (TTD), conceituada como o

[...] instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a quantos dela necessitem. Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos por uma instituição no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final –

eliminação ou guarda permanente – além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação.

A Tabela de Temporalidade e Destinação vai determinar o período em que os documentos ficarão guardados fisicamente, de acordo com a legislação pertinente.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo pode ser considerado um estudo de caso, pela perspectiva de ser um estudo de caráter prático e que se vale da observação participante (YIN, 2001), com utilização das técnicas da pesquisa aplicada, devido ao fato de descrever a realização das etapas de gestão documental em uma empresa específica, que possui documentos de atividade-meio similares ao de qualquer empresa, e que gera documentos específicos de sua atividade-fim.

Para Gil (2008), a pesquisa aplicada tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades, crenças e interesses locais. Assim, este estudo se identifica com esse tipo de pesquisa, pois busca aplicar as técnicas da gestão documental, adequando-as à realidade da empresa estudada, respeitando suas crenças e valores.

Quanto à forma de abordagem do problema também se aproxima das características da pesquisa qualitativa, pois os dados estudados foram coletados no ambiente em que o estudo foi realizado (CRESWELL, 2010), não havendo a necessidade de deslocamento nem do material, neste caso, os documentos, nem dos participantes, neste caso, os funcionários envolvidos com a

produção, manuseio e utilização de documentos. Além disso, de acordo com Creswell (2010), na pesquisa qualitativa são utilizadas múltiplas fontes de coleta de dados, e, no caso deste estudo, foram utilizadas entrevistas, observações e pesquisa em documentos.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para composição da revisão de literatura, utilizada para apresentar os conceitos necessários ao entendimento do processo de gestão documental. Além de livros, artigos de periódicos científicos e teses e dissertações foram utilizados documentos como relatórios e manuais emitidos pelo CONARQ, bem como a legislação arquivística.

Em complemento à pesquisa bibliográfica, este estudo utiliza as técnicas da pesquisa exploratória. Para Cervo e Bervian (2002, p. 69), “os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo”. Assim, entende-se que o estudo é exploratório, pois tem em seu objetivo geral a proposta de explorar tanto a literatura como as técnicas e práticas da gestão documental, e ainda, o ambiente da empresa estudada para entender as atividades desenvolvidas e os documentos atrelados a essas atividades.

## **O PROCESSO DE GESTÃO DOCUMENTAL – APLICAÇÃO PRÁTICA**

A empresa estudada foi fundada em 1999 e foi totalmente projetada para oferecer serviços e exames de alta qualidade, contando com um corpo clínico altamente conceituado nas diferentes atividades e serviços prestados. A empresa realiza exames de diagnóstico por imagem, utilizando a mais alta

tecnologia, nas áreas da Radiologia Geral, Pediátrica e Intervencionista, Mamografia de Alta Resolução, Ultrassonografia em Medicina Interna, Ortopedia, Ginecologia e Obstetrícia/Medicina Fetal, Ultrassonografia com Doppler colorido, Densitometria Óssea de corpo inteiro, Tomografia Computadorizada Helicoidal e Ressonância Magnética.

O estudo foi realizado na sede da empresa estudada e teve duração de seis meses, compreendendo este período desde as reuniões iniciais até a finalização do projeto. A quantidade de documentos tratada chegou na casa dos 200 mil. O estudo envolveu os funcionários da empresa, de todos os setores, tendo em vista que todos, em algum momento, produziam, manuseavam ou utilizavam os documentos.

Ao iniciar o trabalho, foi criada uma comissão composta por um representante de cada setor (geralmente, pessoas com cargo de direção e/ou coordenação): Administração, Clínico, Contabilidade, Financeiro e Pessoal. Essas designações são essenciais para que o trabalho se desenvolva com apoio dos cargos de chefia, que serão responsáveis por cobrar a participação de seus subordinados.

Cabe destacar que, por se tratar de um estudo de tempo determinado, assim como prevê a metodologia de projeto, houve uma preocupação em comunicar os passos da gestão de documentos desde o seu início, com o intuito de envolver todos os funcionários no processo, pois a participação e o entendimento de todos foram fundamentais. Por ser uma empresa com infraestrutura privilegiada, houve a possibilidade de realizar reuniões em espaço apropriado, sendo possível reunir todos os funcionários ao mesmo tempo para reuniões de integração, comunicação e capacitação.

Ressalta-se que durante o trabalho de consultoria realizado não foram retirados os documentos da empresa. Todo o trabalho foi realizado na sede da empresa, tendo em vista o risco de acontecer sinistros, como perda e roubo dos documentos. Nesse sentido, destaca-se a importância da adoção de procedimento explícito quanto ao deslocamento e manuseio dos documentos. Indica-se que sempre esta questão esteja claramente mencionada nos projetos e futuros contratos, pois algumas empresas sugerem a possibilidade de remoção dos documentos, não sendo este o procedimento mais seguro e adequado.

O projeto, que previa a organização dos documentos em meio convencional, seguiu as premissas da gestão arquivística de documentos e foi realizado de acordo com as normas do CONARQ, com a Lei nº. 8.159 de 1991, com a legislação pertinente a tipos documentais específicos, como por exemplo, contábeis e documentos da área médica (consulta a resoluções do Conselho Federal de Medicina) e também de acordo com a necessidade da organização.

Considerando o trabalho de consultoria, vale destacar a importância da elaboração de uma proposta sólida sobre o trabalho a ser realizado, incluindo a metodologia a ser adotada, com etapas claras e bem definidas, cronograma e orçamento. A apresentação do cronograma pode ser vinculada às etapas de gestão documental, prevendo a execução concomitante de algumas atividades.

Dentre os materiais necessários para a realização do processo estão: papel A4, cartucho de tinta para impressora, CDs e DVDs, caixas de arquivo permanente, papel japonês para reparos, papel *Filifold* para confecção das embalagens dos documentos em gramaturas específicas, etiquetas, tesoura,



extrator de grampos, cadarço de algodão, espátulas, entre outros materiais necessários à execução do processo. Ressalta-se ainda, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados comumente neste tipo de trabalho, como: luvas descartáveis de silicone ou vinil, máscaras, jaleco e óculos de proteção.

Durante o processo de gestão documental são desenvolvidas atividades que servirão para criar o padrão na hora de reunir informações. Pode-se trabalhar a gestão documental por setores, pois cada setor de uma empresa produz tipos documentais específicos que possuem uma legislação adequada aos documentos. É necessário elaborar um cronograma de trabalho, incluindo a realização de entrevistas com as pessoas que produzem e lidam com os documentos.

Destaca-se a necessidade da realização de reuniões com cada setor produtor de documentos de atividades-meio e atividades-fim, com o objetivo de repassar as informações sobre o processo e a importância das etapas para toda a instituição. Nesse momento, é essencial explicitar a metodologia adotada e a legislação que guiará a execução do trabalho.

O desenvolvimento do trabalho seguiu os parâmetros arquivísticos, indicado por Rodrigues (2014), com adaptações à realidade da empresa e contemplaram as seguintes etapas:

- a) Avaliação e seleção dos conjuntos de documentos que devem ser preservados permanentemente e dos que podem ser eliminados sem prejuízo de perda de informações substanciais (material obsoleto e/ou desatualizado);
- b) Coordenação do sistema de arquivos, definindo procedimentos para o funcionamento dos arquivos e

garantindo as transferências, recolhimentos e pleno acesso aos documentos;

- c) Triagem dos documentos, separação e organização de acordo com a tipologia e cronologia deles;
- d) Cadastramento das informações para localização dos documentos (em planilha Excel ou *software* a definir);
- e) Armazenamento dos documentos em caixas de arquivo permanente nos armários já utilizados atualmente para os documentos correntes e em sala de arquivo própria para os documentos de fase intermediária e permanente;
- f) Elaboração da política do acervo;
- g) Repasse da metodologia e capacitação do colaborador responsável pelo acervo.

As atividades que envolveram este trabalho foram: triagem; higienização, preenchimento do formulário de tipologia documental; acondicionamento e identificação dos documentos; identificação do suporte para arquivamento (caixas ou pastas), elaboração do plano de classificação e da tabela de temporalidade dos documentos e a realização de controles.

Vale ressaltar ser essencial que todo o processo de gestão documental seja documentado para que as informações sobre as decisões em relação aos documentos investigados sejam repassadas aos interessados. Nesse sentido, diversos documentos são gerados, e, posteriormente, esses documentos são incorporados ao manual de gestão de documentos.

A etapa de triagem é a primeira do processo, pois antes de se fazer a higienização e definir a temporalidade é preciso definir o que pode ser descartado (material obsoleto e/ou desatualizado).

A triagem consiste na verificação das peças documentais que devem ser manuseadas uma a uma, para que seja possível uma análise apurada do que deve ser mantido ou descartado<sup>3</sup>. A triagem dos documentos, separação e organização foi realizada de acordo com a tipologia e cronologia dos documentos gerados e/ou recebidos pela organização.

Os documentos eliminados foram colocados para recolhimento do setor responsável para reciclagem do papel. Não houve a possibilidade de reaproveitar a maior parte dos documentos como rascunho, pois se tratava de documentos que continham dados de pacientes. Nessa etapa, é fundamental indicar à empresa um fornecedor confiável para o qual serão encaminhados os documentos a serem reciclados.

A participação das pessoas responsáveis pelas áreas produtoras e acumuladoras de documentos é fundamental nesta etapa, pois elas poderão contribuir com seus conhecimentos sobre os documentos e processos de trabalho. Entende-se como sendo uma metodologia participativa, pois para compor os instrumentos de gestão documental é necessária a integração dos colaboradores em diversos níveis da organização: técnico, operacional e gerencial. Após a triagem, passa-se para a higienização, que é realizada nos documentos e processos de longa guarda ou guarda permanente.

---

<sup>3</sup> Os documentos que são eliminados podem ser acondicionados em caixas ou embalagens feitas em papel *Filifold* com gramatura adequada para cada conjunto documental (dossiês ou peças documentais). Documentos confidenciais podem ser triturados na própria organização, caso tenham equipamento adequado ou enviados para uma empresa que trabalha com a trituração desses papéis. Com relação aos documentos que podem ser reaproveitados, o ideal é que sejam separados e encaminhados para reuso.

A higienização é uma tarefa mecânica, feita a seco. É uma técnica que tem por objetivo reduzir a poeira, partículas sólidas, incrustações, resíduos de excrementos de insetos ou outras sujidades de superfície (THOMÉ; REMÉDIO; CASSARES, 2002).

A higienização dos documentos compreende a retirada de objetos danosos, tais como grampos, cliques e prendedores metálicos. Além disso, foi realizada a limpeza dos documentos. O trabalho exige um manuseio cuidadoso dos documentos: as folhas devem ser limpas com trinchas e escovas macias e devem ser viradas com delicadeza. Para limpeza de material com fungos, sugere-se: usar proteção pessoal: luvas de látex, máscaras, aventais, toucas e óculos de proteção (nos casos de sensibilidade alérgica); as luvas, toucas e máscaras devem ser descartáveis (THOMÉ; REMÉDIO; CASSARES, 2002).

A remoção da sujidade superficial (que está solta sobre o documento) é feita utilizando pincéis, flanela macia, aspirador e outras ferramentas que se adaptam à técnica (bisturi, pinça, espátula, agulha, cotonete). Essa etapa é obrigatória e sempre se realiza como primeiro tratamento, quaisquer que sejam as outras intervenções previstas (THOMÉ; REMÉDIO; CASSARES, 2002).

De acordo com Thomé, Remédio e Cassares (2002), os materiais de apoio necessários para limpeza mecânica podem ser: raladores de plástico ou aço inox; borrachas de vinil; fita-crepe; lápis de borracha; luvas de látex ou algodão; máscaras; papel mata-borrão; pesos; poliéster (*mylar*); folhas de papel siliconado; microscópios; cola metil celulose, lápis HB, entre outros materiais.

Na etapa que se refere à definição dos tipos documentais é realizado o levantamento de dados sobre o setor e sobre o documento em si, por meio do preenchimento do formulário de tipologia documental (modelo adaptado de RODRIGUES, 2014).

O formulário é composto de duas partes: a) Estrutura e funcionamento dos setores: contendo as seguintes informações: unidade/setor, responsável pela unidade, atividades desenvolvidas pelo setor, entrevistador e a data; b) Tipologia documental: esta parte contém as informações relacionadas ao documento em si, tais como: atividade/produto, nome do documento, legislação ao qual o documento está atrelado, se existem ou não documentos anexos, a tramitação do documento, se existem cópias do documento, qual o objetivo de sua emissão, qual a destinação e prazo de guarda, entrevistado, entrevistador e data.

Por meio deste documento, pode-se colher informações sobre o documento em relação à sua produção (objetivos), a que atividade o documento está atrelado, qual legislação que rege esse documento, se possui documentos anexos (que geralmente formam um dossiê), se existem cópias desse documento em outros setores, qual sua tramitação pela empresa (descrição do trâmite do documento dentro e eventualmente fora da organização). Ainda é possível, nessa etapa, descrever o conteúdo (teor) desses documentos de forma a ter subsídios para decidir sobre a importância do documento para a organização, em atividades-meio ou fim e ainda obter termos indexadores para proceder à recuperação dos documentos, depois de arquivados. Todas essas informações são obtidas por meio de entrevistas com as pessoas que produzem e lidam com os documentos. Somente depois de obtidas tais informações é possível realizar uma análise e, assim, definir o número de classificação e sua destinação (eliminação ou guarda permanente).

Ressalta-se que cada tipo documental pode estar atrelado a uma atividade específica, de acordo com o levantamento das

atividades do setor avaliado. O tipo documental se refere à configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

A identificação da tipologia documental se baseou nos estudos dos princípios teóricos e metodológicos da Diplomática Contemporânea (BELLOTTO, 2002), que tem como objetivo estudar a estrutura formal e os processos de formação dos documentos de arquivo que tem sua pesquisa registrada no Manual de Tipologia Documental, o qual orientou os procedimentos para identificar informações relevantes da estrutura e do processo de cada tipo de documento produzido pela empresa estudada.

Estando essas etapas concluídas, passou-se para a etapa de acondicionamento e identificação dos documentos e do suporte para arquivamento, que podem ser em caixas de arquivo permanente ou pastas suspensas, dependendo do local onde os documentos serão armazenados. O armazenamento e proteção de todos os documentos foram realizados em envelopes ou caixas de papel alcalino com identificação a lápis.

Em alguns casos, foram confeccionados caixas e envelopes de tamanhos e gramaturas diversas para acondicionamento dos documentos, dependendo do tamanho, idade e nível de deterioração do suporte de cada documento. Para a maioria dos documentos foram utilizadas embalagens com as seguintes dimensões: caixa *master* (440 × 380 × 260 mm) para acomodar exames em filme em dimensão maior e caixa *box*, tamanho padrão (360 × 130 × 250 mm), para documentos em A4.

Para identificação dos documentos ou dossiês podem ser utilizadas folhas de rosto indicando qual é a unidade de arranjo

estrutural ou suas subdivisões nos arquivos (fundo<sup>4</sup>, série<sup>5</sup> ou subsérie). Essa identificação facilitará na hora da recuperação dos documentos.

Simultaneamente a essas etapas, são elaborados o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade dos Documentos (TTD). O uso da TTD traz inúmeros benefícios para a empresa, entre eles: permite identificar os valores imediatos e mediatos dos documentos; definir os prazos de guarda e a destinação dos documentos; agilizar a recuperação dos documentos e das informações; reduzir a massa documental acumulada; liberar espaço físico; dar visibilidade e preservar os documentos de guarda permanente; autorizar a eliminação criteriosa de documentos; estimular a pesquisa e uso de dados retrospectivos (BERNARDES; DELATORRE, 2008). Os demais controles a serem realizados no processo de gestão de documentos se referem ao protocolo de entrada e saída de documentos do arquivo, bem como ao sistema utilizado para indexar os documentos armazenados, com a finalidade de recuperar de forma eficiente os documentos.

Dependendo do grau de complexidade do processo de gestão de documentos a ser implementado na organização, podem ser elaborados outros instrumentos de controle. O ideal é iniciar o processo de gestão de documentos pela etapa básica, não

---

<sup>4</sup> Fundo: é a principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos (PAES, 2005).

<sup>5</sup> Série: é a designação dada às subdivisões de um fundo, que refletem a natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional ou por espécie documental. As séries podem ser divididas em subséries. A escolha das séries e subséries obedecerá, portanto, à mesma orientação adotada para os fundos, uma vez que estes se constituem em partes dos fundos (PAES, 2005).

complicando o processo para ter a adesão dos colaboradores.

Ressalta-se ainda a necessidade de capacitar os colaboradores envolvidos no processo, garantindo o sucesso da implantação do programa de gestão de documentos. Produtores e utilizadores de documentos e quem irá ficar responsável pelo arquivo precisam ter conhecimento sobre as etapas e como utilizar os instrumentos de gestão dos documentos, tanto das atividades-meio quanto das atividades-fim. Nesse sentido, a orientação e capacitação permitirá que o processo dê continuidade, observando-se os padrões legais e técnicos, listados na TTD e no Plano de Classificação.

## PRODUTOS GERADOS

Durante o processo de gestão documental alguns documentos foram elaborados. Um deles se referiu ao formulário de tipologia documental elaborado para cada peça ou conjunto documental, que gerou um dossiê com a tipologia dos documentos de cada setor. Outro documento caracterizado como importante, foi a planilha de controle dos documentos elaborada no *software* Excel. A Planilha de Controle Documental<sup>6</sup>, no caso deste trabalho, foi o instrumento utilizado para indexar os documentos armazenados, com a finalidade de recuperar de forma eficiente as informações neles contidas. Serviu como instrumento de busca para a localização dos documentos de cada setor. A planilha ficou armazenada no servidor da empresa e disponível para consulta a todos os funcionários autorizados.

---

<sup>6</sup> Em alguns casos, pode-se utilizar *softwares* para armazenamento de documentos. Existem diversos disponíveis no mercado, sendo que alguns deles permitem o cadastramento e armazenamento do documento digitalizado.



Para acessar a planilha, o funcionário autorizado pode fazer a busca usando as teclas “Ctrl+L”, inserir o nome do documento ou uma palavra-chave que o identifique. Localizado o documento, deve-se observar o número da caixa, estante e prateleira em que foi armazenado para que possa recuperá-lo. Os demais controles realizados no processo de gestão de documentos se referem ao protocolo de entrada e saída de documentos do arquivo, e, a listagem de documentos descartados.

A solicitação de documentos deve ser feita ao responsável pelo acervo documental. Para a retirada de documentos, foi elaborado o Formulário de Controle de Empréstimo, que deve ser colocado no lugar do documento retirado. Quando feita a devolução do mesmo, este deve ser arquivado ao seu local de origem e a folha deve ser arquivada apenas para histórico de movimentação.

Conforme decidido com a administração da empresa, cada setor ficou responsável pela documentação referente às suas atividades, sendo, dessa forma, responsável pelo conteúdo das caixas. O responsável pelo arquivo cuidará apenas da retirada e devolução das caixas. Por isso, a importância de se preencher o formulário de controle de empréstimo a cada retirada de caixas do arquivo.

O formulário para descarte dos documentos selecionados é outro documento essencial de ser elaborado e utilizado. Nesse formulário, todos os documentos descartados são listados e assinados pela alta direção e pela equipe responsável pelo descarte, nesse caso, parte integrante da comissão do projeto. Cabe ressaltar que o profissional da informação não deve se responsabilizar sozinho pelo processo de descarte de documentos. Além de utilizar a legislação para embasamento, as

pessoas envolvidas com o documento devem dar ciência no formulário instituído.

Em conformidade a Constituição Federal e a Lei nº. 8.159, de 1991 (Lei de Arquivos Públicos e Privados do Brasil), a partir da gestão de documentos realizada foi desenvolvido o Manual de Gestão de Documentos, com o objetivo de contribuir para o andamento das ações da própria empresa, mediante a racionalização e o tratamento adequado da massa documental produzida, recebida e acumulada pelas áreas meio e fim, avaliando e selecionando os conjuntos de documentos que devem ser preservados permanentemente e dos que podem ser eliminados, sem prejuízo de perda de informações substanciais.

O Manual de Gestão de Documentos, integrado pelo Código de Classificação e pela Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às atividades-meio do próprio setor, se baseou nas normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e em instrumentos e documentos legais, instituídos e em vigor no Brasil (ARQUIVO NACIONAL, 2001).

O objetivo do Manual de Gestão de Documentos é apresentar as atividades e procedimentos realizados durante todo o processo de gestão de documentos, servindo de incentivo à modernização e ao exercício diário da utilização de procedimentos normalizadores da informação, almejando a eficácia dos serviços prestados pela empresa estudada em todos os seus campos de ação. Ele foi composto pelos documentos elaborados durante o processo de gestão documental: Formulário de Levantamento de dados e da Tipologia Documental (modelo e as folhas preenchidas), Modelo da folha de rosto para arquivamento dos documentos nas caixas, Modelo da etiqueta

para colar nas caixas, Formulário de Controle de Empréstimo, Formulário para descarte de documentos.

Como resultado de todo o processo de gestão documental adotado, foi possível avaliar e selecionar os conjuntos de documentos que necessitavam ser preservados permanentemente e poder eliminar com segurança os documentos que já haviam cumprido seu prazo nas fases corrente e intermediária, a partir do estabelecimento dos valores dos documentos (primário e secundário). Com a implementação de procedimentos de gestão documental e de funcionamento do arquivo, pôde-se realizar as transferências, recolhimentos, garantindo acesso aos documentos, que foram classificados, ordenados e arquivados de acordo com métodos de arquivamento específicos para cada tipologia documental.

Ressalta-se que dentre as vantagens proporcionadas pela gestão de documentos, a racionalização dos espaços de guarda de documentos foi expressiva, pois a empresa optou pela construção de um ambiente físico específico para abrigar o arquivo que centralizou a documentação de fase intermediária e permanente, que antes estava dispersa por todo o prédio. O arquivo foi projetado dentro das recomendações do CONARQ para a construção de arquivos, com instalação de estante deslizante, desumidificador e aparelho de ar-condicionado. Além disso, foram adquiridos alguns acessórios de arquivos indicados para a guarda, tais como presilhas de plástico e caixas de papelão com pH neutro, visando proteger a documentação de idade permanente.

Cabe destacar aqui que todas as ações que envolvem o processo de gestão arquivística de documentos tem o intuito também de auxiliar os gestores na tomada de decisão, pois os

documentos subsidiam as decisões do dia-a-dia, além de comprovar a realização das atividades da entidade.

## **CONCLUSÃO**

A gestão de documentos é um processo aplicado para garantir a recuperação, utilização da informação e a preservação da memória institucional e ter o controle da massa documental. É um processo importante para qualquer instituição, não apenas para aquela que pretende gerir corretamente seus documentos, mas, para toda organização, independentemente da sua área de atuação.

Além de garantir o acesso e recuperação das informações de forma rápida e eficiente, a gestão de documentos permite que a empresa ganhe em espaço físico, tendo em vista que na etapa de triagem muitos documentos obsoletos são eliminados. Dessa forma, a empresa pode usufruir do espaço físico onde estavam esses documentos já sem valor para a organização. Também, minimizar custos de armazenamento que em muitos casos se dá em espaços externos à instituição com a contratação de empresas para guarda de documentos. Vale ressaltar que antes de enviar os documentos para guarda, eles devem passar pelo processo de avaliação, evitando assim, permanecer com acervos que não serão mais utilizados devido à perda do valor.

Destaca-se a importância de se fazer a gestão documental antes do processo de gerenciamento eletrônico de documentos, tendo em vista que nem todos os documentos necessitam ser digitalizados. Ressalta-se, contudo, que a opção pela digitalização não “autoriza” a eliminação do documento original.

De acordo com o exposto no Dicionário de Terminologia

Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (2005) fica evidente que a Gestão de Documentos, representa uma atividade estratégica para as empresas, pois com ela se obtém uma redução na quantidade de documentos, facilitando assim, não só o trabalho da administração quanto para os pesquisadores.

Programas de gestão de documentos permitem ter maior consciência sobre a produção de documentos e até sobre a impressão (cópias), geralmente feitas sem necessidade, ou seja, o processo auxilia na mudança de cultura em relação à produção e uso dos documentos.

No desenvolvimento das atividades propostas no projeto, foi possível verificar que todas as fases são de igual importância para atingir os objetivos. Sobremaneira, é necessário destacar que a participação ativa dos membros da empresa, a definição de uma comissão de avaliação e acompanhamento e a validação ativa do gestor foram pontos determinantes para os resultados atingidos.

Finalizando as atividades, fica evidente que os procedimentos de gestão documental são imprescindíveis como integrantes significativos dos processos de gestão organizacional, gestão financeira e administrativa, além de serem importante recurso auxiliar para a tomada de decisão.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativo às atividades meio da administração pública**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, 8). Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf8.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf). Acesso em: 12 dez. 2018.
- BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2008.
- BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Arquivos: CONARQ**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- FANTINI, S. R. **Aplicação do gerenciamento eletrônico de documentos**: estudo de caso de escolha de soluções. 2001. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- KISIL, M. **Gestão da mudança organizacional**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1998. (v. 4, Série Saúde e Cidadania).
- PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV,

2005.

RODRIGUES, A. C. **Gestão de documentos**: uma abordagem conceitual. Disponível em: [http://www.ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/gest\\_arqui/palestra\\_ana\\_celia\\_rodrigues.pdf](http://www.ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/gest_arqui/palestra_ana_celia_rodrigues.pdf). Acesso em: 20 jun. 2014.

THOMÉ, L.; REMÉDIO, M. A.; CASSARES, N. C. **Treinamento**: conservação preventiva e higienização de documentos. São Paulo: GEPEA, 2002.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Francilene Cardoso (Org.)



# **BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS NO BRASIL: O QUE APRESENTAM AS PESQUISAS?**

*Patrícia Mallmann S. P.*

## **INTRODUÇÃO**

A implantação de bibliotecas comunitárias tem sido uma prática crescente no Brasil, especialmente em locais em que há deficiência de espaços de informação, educação e cultura (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018). Ao mesmo tempo em que essa tem sido uma prática muito adotada, as bibliotecas comunitárias ainda representam um campo de estudos bastante incipiente. No entanto, percebe-se que há um crescimento na discussão teórica e na produção científica acerca de experiências desse tipo, ao mesmo tempo em que ainda há uma ênfase na discussão acerca da definição do termo biblioteca comunitária.

Uma mostra de que essa prática está em expansão no país é a recentemente criada, e em expansão, Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC). Trata-se de uma organização em rede de bibliotecas comunitárias de várias cidades brasileiras, que foi criada em 2009, no contexto do Programa Prazer em Ler, do Instituto C&A. Isso evidencia também o envolvimento da iniciativa privada com as bibliotecas comunitárias, que originalmente não recebem diretamente recursos financeiros públicos. A RNBC é formada atualmente por 11 redes locais, presentes nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São

Paulo (REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, [2018 ou 2019]).

As bibliotecas comunitárias podem ser vistas como um desdobramento das bibliotecas públicas, pois passaram a existir para suprir as lacunas deixadas por estas, que não estão presentes nem alcançam diversos locais e públicos, sendo que as primeiras não possuem vínculo governamental direto (MACHADO, 2008, 2009), apesar de poderem, em algumas situações, receber auxílio público, como é o caso de projetos de extensão universitária e de editais de incentivo fiscal, por exemplo. Almeida Júnior (2013) apresenta o entendimento de que as bibliotecas públicas e comunitárias possuem as mesmas funções, que são: educacional, cultural, recreacional (de lazer) e informacional. Como as bibliotecas comunitárias são focadas para as comunidades locais nas quais se inserem, a função informacional pode ser efetivada em atividades de educação popular. No entanto, não há dúvidas de que as bibliotecas comunitárias são um tipo específico de bibliotecas e que possuem características próprias.

A RNBC define bibliotecas comunitárias como:

Bibliotecas Comunitárias são espaços de incentivos à leitura que entrelaçam saberes da educação, cultura e sociedade que surgem por iniciativa das comunidades e são gerenciados por elas; ou, ainda, espaços que, embora não tenham sido iniciativas das próprias comunidades, se voltam para atendê-las e as incluem nos processos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação. O que caracteriza uma biblioteca comunitária é seu uso público e comunitário, tendo como

princípio fundamental a participação de seu público nos processos de gestão compartilhada.

Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 24), em pesquisa de campo com dados coletados em 143 bibliotecas comunitárias, em 2017 e 2018, entendem esse tipo de biblioteca como “[...] uma instituição social e política, historicamente determinada a partir dos fundamentos da comunidade [...]”. As autoras apontam diversos aspectos que caracterizam essas bibliotecas, como: estarem localizadas, principalmente, em zonas urbanas de grande densidade demográfica e carentes de serviços públicos de educação e cultura de qualidade; serem

[...] resultado da iniciativa de pessoas que se juntam em coletivos e buscam apoio de instituições privadas sem fins lucrativos, participam de editais promovidos por governos e contam com o apoio solidário de pessoas e grupos locais para manter suas intervenções. (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018, p. 122).

Além disso, possuem gestão autônoma, terem a leitura literária como parte da sua agenda de demandas e terem a defesa da biblioteca em seus territórios associada à luta por melhores condições de vida.

Assim, entende-se que alguns aspectos sensíveis à definição de bibliotecas comunitárias são o fato delas serem criadas por iniciativas locais ou que servem a interesses locais; possuem a gestão realizada, ou compartilhada, por membros da

comunidade; terem o incentivo à leitura como um foco; e buscarem a melhoria das condições de vida na comunidade. Percebe-se, pela literatura pesquisada, que a definição de biblioteca comunitária ainda está em discussão, o que é característico de um campo de estudos que está ainda em construção.

Considera-se que para que haja expansão e consolidação de um campo de estudos é necessário que se conheçam suas questões, seus construtos, suas definições, seus consensos e dissensos. Assim, este estudo teve como objetivo analisar pesquisas empíricas brasileiras sobre bibliotecas comunitárias, a fim de mapear o debate atual e apontar novos rumos para as discussões.

Percebe-se alguns aspectos como importantes para a discussão acerca das bibliotecas comunitárias, que são: a **criação** (sobre este aspecto, Machado (2008) classificou as bibliotecas em: a) projetos criados a partir de iniciativas individuais; b) projetos criados a partir de iniciativas coletivas externas à comunidade; c) projetos criados a partir de iniciativas coletivas internas à comunidade); a **gestão**, que se entende que deve ser compartilhada com, ou por, os membros da comunidade; a **equipe** para realizar as atividades e o atendimento, que na maioria das vezes acaba atuando de forma voluntária; a **sustentabilidade**, pois de modo geral as bibliotecas comunitárias não possuem financiamento específico; as **atividades** realizadas, que se voltam para as necessidades e interesses das comunidades locais; o **público** atingido, que nem sempre representa a maioria da comunidade alvo; a **infraestrutura**, que muitas vezes é falha; o **acervo** e as formas de aquisição e organização; como ocorre e se

ocorre a **apropriação da leitura**; e que **políticas públicas** existem ou deveriam existir para apoiar essas bibliotecas.

Metodologicamente, este estudo se trata de uma revisão de literatura, qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Foram buscados artigos científicos sobre bibliotecas comunitárias na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Google Acadêmico com um único termo: biblioteca(s) comunitária(s), sendo a última busca realizada em 21 de julho de 2019. A escolha da BRAPCI se justifica pelo fato de indexar 82 publicações das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, e o Google Acadêmico foi utilizado para encontrar artigos publicados em periódicos não indexados pela BRAPCI. Foram selecionados somente os textos que possuíam o termo de busca no título e/ou nas palavras-chave, sendo recuperados um total de 61 artigos, cobrindo o período de 1979 a 2018. Desses, a grande maioria estava inserida no contexto das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação e, apenas três, na área de Educação.

A investigação aqui apresentada partiu de uma revisão de literatura realizada por Alves, Salcedo e Correia (2016), que cobriu o período de 1973 a 2013, em que analisaram 38 documentos entre artigos científicos, trabalhos publicados em anais de evento e dissertações e teses; os autores utilizaram para a busca os termos: biblioteca comunitária, biblioteca popular e biblioteca alternativa. Para a pesquisa aqui apresentada, foram considerados os artigos recuperados entre o período de 2014 a 2018, totalizando 26. Assim, este artigo apresenta, primeiramente, uma visão geral da produção encontrada, no que diz respeito à data de publicação e tipo de pesquisa (empírica, teórica ou de revisão); após, apresenta os resultados encontrados por Alves, Salcedo e Correia na

produção realizada até o ano de 2013; e, por fim, faz uma análise dos artigos resultantes de pesquisas empíricas recuperados entre os anos de 2014 e 2018.

Para a análise dos artigos, foram considerados os seguintes elementos: a) objetivo; b) procedimentos metodológicos; c) resultados. As informações foram retiradas, num primeiro momento, dos resumos; e, após, os artigos foram lidos, sendo os resultados retirados, principalmente, das conclusões, quando estas apresentavam sua síntese. Contudo, há algumas limitações quando se utiliza os resumos para uma revisão de literatura. Foram duas as maiores dificuldades encontradas: o fato de diversos resumos serem indicativos e não informativos (ABNT, 2003); e a incompletude de muitos resumos, que não abrangiam todas as informações necessárias para um resumo técnico-científico (ABNT, 2003). Nesses casos, as informações foram buscadas ao longo dos artigos. As informações coletadas foram inseridas numa planilha no Microsoft Excel, para posterior análise qualitativa, baseada na criação de categorias.

Espera-se, com este estudo, contribuir para o amadurecimento do campo de estudos de biblioteca comunitária no Brasil, assim como fortalecer o debate. Acredita-se que revisitar a literatura científica, não apenas focalizando nos resultados das pesquisas, mas também na forma como foram construídos, é um método eficiente e necessário para a consolidação de um campo de estudos.

## PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

A Tabela 1 apresenta a quantidade de artigos recuperados no levantamento bibliográfico realizado na BRAPCI e no Google Acadêmico, a partir do termo “biblioteca(s) comunitária(s)”.

**Tabela 1** - Artigos publicados sobre biblioteca comunitária, por data e tipo.

ANO	ARTIGOS			TOTAL
	EMPÍRICOS	TEÓRICOS	DE REVISÃO	
1979	1	-	-	1
1983	1	-	-	1
1984	-		1	1
1987	-	1	-	1
2003	1	-	-	1
2004	1	-	-	1
2005	2	-	-	2
2006	1	-	-	1
2008	3	-	-	3
2009	2	1	-	3
2010	7	3	-	10
2011	4	1	-	5
2012	2	-	-	2
2013	2	1	-	3
2014	1	-	-	1
2015	5	-	-	5
2016	2	-	1	3
2017	6	-	-	6
2018	10	1	-	11
<b>TOTAL</b>	50	8	2	61

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Como é possível verificar, os anos de 2010 e 2018 são os que apresentam maior produção. Entre 2010 e 2018, há mais publicações do que nos anos anteriores a 2010 juntos. Isso indica que o campo está em expansão a partir de 2010. Em 2008, foi publicada a primeira tese de doutorado da área, de autoria de Elisa Machado, e em 2009, a autora publicou um artigo discutindo o conceito de biblioteca comunitária e definindo-o, com base nos resultados da sua tese (MACHADO, 2009). Essas duas produções bibliográficas aliadas ao aumento das iniciativas práticas desse tipo de biblioteca no Brasil parecem ser o mote para o aumento da produção sobre a temática a partir de 2010.

Dos 61 artigos recuperados, 50 são pesquisas empíricas, oito são discussões teóricas e dois são revisões de literatura. Entende-se que essa configuração é característica de um campo de estudos em construção, pois quando um novo fenômeno social está em expansão e torna-se objeto de estudo, são desenvolvidos primeiro estudos empíricos, exploratórios e descritivos, de realidades locais e casos específicos. Isso faz com que se tenha um corpo de estudos capaz de subsidiar a construção de conhecimentos acerca da temática. Em algum momento se torna necessário que sejam realizadas teorizações e revisões de literatura para que se conheça o que existe de conhecimento científico produzido pelo campo. Em 2016, foi publicada a revisão de literatura realizada por Alves, Salcedo e Correia, que analisou pesquisas realizadas até o ano de 2013. São apresentados alguns achados dos autores.

Os autores consideraram que “[...] o conceito de biblioteca comunitária adquiriu um valor mais aceito, depois da publicação da tese de Machado (2008).” (ALVES; SALCEDO; CORREIA, p. 57), sendo adotado pelas publicações posteriores. Elisa Machado defendeu em 2008 a tese de doutorado denominada “Bibliotecas



comunitárias como prática social no Brasil”, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (USP), cujo objetivo geral foi

Analisar a biblioteca comunitária como espaço de articulação local, seus atores, sua organização e o uso da informação nesse contexto e apontar políticas públicas para o fortalecimento e ampliação dessas iniciativas. (MACHADO, 2008, p. 20).

A autora analisou 29 experiências de biblioteca comunitária, de um universo de 350 que levantou, e elaborou uma definição para o termo. Segundo Alves, Salcedo e Correia (2016), “Antes disso ainda havia um choque conceitual acentuado entre as tipologias de bibliotecas escolar comunitária, popular, alternativa e comunitária.”

Alves, Salcedo e Correia (2016) também apontam que a primeira dissertação sobre a temática foi defendida em 2007 e a primeira e, até aquele momento, única tese foi defendida em 2008. Avaliam que, a partir disso, houve aumento da produção científica sobre a temática, especialmente como literatura cinzenta e anais de eventos estudantis. Segundo os autores, justamente essa escassez de literatura e limitada produção sobre a temática é um dos fatos ressaltados pelos autores que analisaram; contudo, acreditam que os estudos sobre biblioteca comunitária apresentam tendência ao crescimento.

Os autores observaram que os assuntos mais tratados na produção analisada foram estudos sobre os coordenadores das

bibliotecas comunitárias (gestores); e os assuntos pouco tratados foram:

[...] estudos de usuários, alternativas adequadas para classificação e indexação dos acervos, propostas de *softwares* de gerenciamento adequados às demandas de bibliotecas comunitárias, e discussão de exposição de políticas públicas para tais espaços [...]. (ALVES; SALCEDO; CORREIA, 2016, p. 58).

Em relação aos procedimentos metodológicos, verificam que as técnicas mais utilizadas para a coleta de dados foram a entrevista e o questionário, e que grande parte das pesquisas realizaram estudos de caso, e muitas apresentaram experiências de extensão universitária. Identificaram ainda que a carência de políticas públicas para bibliotecas comunitárias é ressaltada entre a produção que analisaram, assim como a participação mais ativa dos bibliotecários. Perceberam também que as regiões mais estudadas foram Sul, Sudeste e Nordeste.

## **ANÁLISE DAS PESQUISAS EMPÍRICAS PUBLICADAS ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2018**

Como foi visto na Tabela 1, dos 26 artigos publicados entre o período de 2014 e 2018, um é teórico e outro é uma revisão de literatura, sendo 24 resultados de pesquisas empíricas. Aqui são analisados esses 24 artigos empíricos, no que diz respeito a: a) objetivo; b) procedimentos metodológicos (método, abordagem – quantitativa, qualitativa ou mista –, técnica(s) de coleta de dados,

nível – exploratório, descritivo ou explicativo –, universo e região do país na qual as bibliotecas estudadas estão inseridas); c) resultados.

Em relação aos objetivos, os artigos tratam de questões diversas relacionadas a bibliotecas comunitárias; essas questões foram reunidas em nove categorias. Em diversas situações os objetivos envolviam mais de uma questão, sendo esses artigos agrupados em mais de uma categoria. Os artigos ficaram distribuídos pelas categorias da seguinte forma:

- a) **Leitura:** oito artigos (SALCEDO; ALVES, 2015; SANTOS; MONTUANI, 2015; HORTA; ROCHA, 2017; SENNA; BARBOSA; SOUZA, 2017; ALVES; CARVALHO; SILVA, 2018; ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2018; CALIL JUNIOR; MACHADO; KLEIN; SANTOS, 2018; COELHO; BORTOLIN, 2018);
- b) **Funcionamento:** cinco artigos (SANT'ANA; KIRST, 2015; THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016; CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017; TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017; LAUDINO; LOURENÇO, 2018);
- c) **Cidadania:** quatro artigos (MARQUES; PEREIRA, 2014; SALCEDO; ALVES, 2015; CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017; HORTA; ROCHA, 2017);
- d) **Efeitos:** quatro artigos (SENNÁ; PRADO; BARBOSA, 2015; CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017; COSTA; SOUSA, 2017; SENNA; BARBOSA; SOUZA, 2017);
- e) **Demandas, necessidades, usos:** três artigos (NININ; AMARAL; MILANEZ; FARIA, 2015; SILVA; COSTA; CAVALCANTE, 2017; LAUDINO; LOURENÇO, 2018);

- f) **Percepção dos usuários:** três artigos (MARQUES; PEREIRA, 2014; SANTOS; MONTUANI, 2015; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018);
- g) **Informação:** dois artigos (HORTA; ROCHA, 2017; ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2018);
- h) **Memória:** dois artigos (CONCEIÇÃO; COSTA, 2018; SILVA; CAVALCANTE, 2018);
- i) **Perfil:** dois artigos (PEREIRA; COUTINHO, 2018; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018).

O tema que mais aparece nos objetivos dos 24 artigos empíricos analisados é a relação da biblioteca comunitária com a **leitura**; os objetivos nessa categoria envolvem: mediação, práticas, formas de aquisição, importância, acesso e formação de leitores. Na categoria **funcionamento** estão presentes questões ligadas à gestão das bibliotecas comunitárias, ao papel do(a) bibliotecário(a), aos obstáculos internos e externos vivenciados nas bibliotecas e às atividades e ações desenvolvidas por elas. A categoria **cidadania** diz respeito a questões como: inclusão social, direitos humanos, emancipação e desenvolvimento sociocultural. A categoria **efeitos** engloba a importância, o papel e o impacto da(s) biblioteca(s) comunitária(s) na(s) comunidade(s) atendida(s). A categoria seguinte diz respeito às **demandas, necessidades e usos** de informação e do acervo nas bibliotecas. Na categoria **percepção dos usuários** estão reunidos os estudos que tem como objetivo entender a visão dos usuários acerca da biblioteca e de sua relação com ela. A categoria **informação** se refere a seu acesso e práticas. A categoria **memória** envolve memória local e patrimônio cultural. Na categoria **perfil** estão agrupados os estudos que buscam entender os usuários reais e potenciais (comunidade local) das bibliotecas. Os usuários reais são os que de fato fazem uso do sistema de

informação, neste caso, das bibliotecas comunitárias; e os usuários potenciais são formados por todo o público a que as bibliotecas se destinam, que a utiliza ou não, isto é, as comunidades locais em que a biblioteca se situa (CASADO, 1994).

Dois artigos não se encaixaram em nenhuma das nove categorias apresentadas. Eles abordam: convivência em um mesmo espaço de biblioteca universitária, escolar e comunitária (CRIVELLARI; SIMA, 2016); e ensino-aprendizagem sobre biblioteca comunitária (CALIL JÚNIOR; MACHADO; KLEIN, 2018).

Sobre os **procedimentos metodológicos** adotados nas pesquisas, nem todos os estudos especificam todos os elementos. Em relação ao método adotado, a maioria das pesquisas podem ser qualificadas como estudo de caso ou estudo de casos múltiplos; no entanto, apenas sete artigos se caracterizam dessa forma (MARQUES; PEREIRA, 2014; NININ; AMARAL; MILANEZ; FARIA, 2015; SENNA; PRADO; BARBOSA, 2015; CRIVELLARI; SIMA, 2016; CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017; COSTA; SOUSA, 2017; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018). Três estudos se qualificam, de forma genérica, como pesquisa de campo (THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016; SENNA; BARBOSA; SOUZA, 2017; COELHO; BORTOLIN, 2018). Outros métodos de pesquisa indicados nos artigos são: análise bibliométrica e análise das redes sociais (NININ; AMARAL; MILANEZ; FARIA, 2015); estudo de comunidade (PEREIRA; COUTINHO, 2018); estudo de usuários (SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018); etnografia (SILVA; CAVALCANTE, 2018); método fenomenológico (CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017); pesquisa participante (SILVA; COSTA; CAVALCANTE, 2017) e ainda

discussão a partir de uma experiência prática (TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017).

Sobre a abordagem de pesquisa, a grande maioria dos estudos se autocaracterizam como qualitativos (15), alguns como mistos, qualitativos e quantitativos (3), e nenhum como de abordagem quantitativa, apesar de haver pelo menos um que adota essa abordagem. Seis artigos não explicitam a abordagem de pesquisa. Em relação às técnicas de coleta de dados adotadas pelas pesquisas, a entrevista é a mais utilizada (13), seguida pela observação (7) e depois pelo questionário (5). Ainda é citado por três pesquisas que a coleta de dados foi realizada a partir de visitas. Muitas pesquisas adotaram mais de uma técnica. Outro ponto que foi percebido é que as pesquisas analisadas são, em sua maioria, respectivamente, descritivas e exploratórias.

Outro aspecto abordado na análise dos artigos foi o universo da pesquisa (público pesquisado). Novamente, diversas pesquisas não especificaram o público estudado ou não tiveram um público específico, compondo seu universo de outro(s) elementos. Dos públicos estudados, o que apareceu nos artigos analisados foi: a) gestores (7), sendo que uma das pesquisas coletou dados com a bibliotecária envolvida na biblioteca comunitária; b) usuários reais (4); c) usuários potenciais (3), sendo considerados moradores e/ou estudantes locais; duas pesquisas abordaram públicos específicos: uma pesquisa abordou moradores locais idosos e outra, alunos da EJA/Ensino Médio; d) mediadores de leitura (3).

As regiões brasileiras em que se localizam as experiências de bibliotecas comunitárias estudadas/abordadas nas pesquisas analisadas são: a) região sudeste: apresenta 14 ocorrências (Rio de Janeiro [seis]; Minas Gerais [cinco]; São Paulo [três]); b) região nordeste: apresenta oito ocorrências (Ceará [três]; Maranhão [três];

Pernambuco [duas]); c) região norte: apresenta três ocorrências (Amapá [uma]; Amazonas [uma]; Pará [uma]); d) região sul: apresenta uma ocorrência no estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Nenhum dos artigos analisados estudou biblioteca comunitária na região centro oeste do país. Um artigo aborda experiências em mais de uma região do país. De modo geral, as experiências estudadas se localizam em regiões periféricas das cidades ou em áreas rurais.

Em relação aos resultados encontrados pelas pesquisas analisadas, alguns dos artigos não tiveram como objeto de estudo uma ou mais bibliotecas comunitárias, mas outros objetos relacionados, nesses casos, seus resultados não são utilizados para esta análise, são eles: o artigo de Pereira e Coutinho (2018), que apresenta resultados parciais de um estudo da comunidade na qual se insere uma biblioteca comunitária; o de Calil Junior, Machado, Klein e Santos (2018, p. 43), que “Apresenta o processo de construção do evento ‘Bibliotecas Comunitárias: entre saberes e fazeres’ [...] bem como seus resultados.”; o artigo de Calil Júnior; Machado e Klein (2018, p. 198), que

Apresenta os resultados de ensino-aprendizagem vivenciados em disciplina de Biblioteconomia Pública, ministrada na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com ênfase a visita à Biblioteca Comunitária Atelier das Palavras.

O artigo de Crivellari e Sima (2016, p. 28), que tem como objetivo

[...] demonstrar o papel dessas bibliotecas [universitária, escolar e comunitária], motivado pelo questionamento sobre a possibilidade de convivência desses tipos de bibliotecas em um mesmo espaço [...].

O artigo de Sant’Ana e Kirst (2015), que apresenta as ações culturais contínuas do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB), que integra bibliotecas públicas municipais e bibliotecas comunitárias; e o artigo de Senna, Prado e Barbosa (2015), que apresenta uma pesquisa em andamento ainda sem resultados empíricos.

Esses seis artigos, portanto, não foram utilizados nesta parte da análise, em que a intenção era um exame e uma sistematização dos resultados empíricos existentes referentes a bibliotecas comunitárias e suas especificidades. É apresentada uma síntese dos resultados encontrados por 18 pesquisas empíricas publicadas sobre bibliotecas comunitárias, entre o período de 2014 e 2018.

Os resultados apresentados pelos artigos analisados foram classificados em oito categorias, a partir do que foi observado: a) **perfil dos usuários**, em relação à faixa etária; b) **demandas, necessidades e práticas** informacionais e/ou de leitura; c) **atividades** desenvolvidas pela(s) biblioteca(s); d) **função** desempenhada pela(s) biblioteca(s) na comunidade; e) **impacto** da(s) biblioteca(s) nos usuários e/ou na(s) comunidade(s); f) **criação** das bibliotecas; g) **funcionamento e gestão** da(s) biblioteca(s); h) principais **dificuldades** enfrentadas.

As pesquisas analisadas que apresentaram **perfil** etário dos usuários informaram que a maioria do público das bibliotecas comunitárias é formado por crianças e/ou adolescentes, apesar de



não ser o único público (SENNA; BARBOSA; SOUZA, 2017; SILVA; COSTA; CAVALCANTE, 2017; TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017; COELHO; BORTOLIN, 2018; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018).

Por existir uma variedade de especificidades e diversidades nas comunidades e nos públicos atendidos pelas bibliotecas comunitárias, espera-se que também haja diversas **necessidades e demandas** por parte destes às bibliotecas. No entanto, percebe-se que o interesse pela leitura, assim como por atividades culturais, se destaca nos resultados apresentados nos artigos (THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016; TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017; ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2018; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018). Sobre as **práticas** de leitura, Alves, Correia e Salcedo (2018) identificaram dois perfis: sujeitos que se sentem felizes lendo e veem a leitura como prazer, e sujeitos que sentem dificuldade ou angústia ao ler, focando no seu caráter instrumental e escolar. Também Ninin, Amaral, Milanez e Faria (2015) ressaltam que obras literárias estão entre as mais utilizadas do acervo, assim como as obras de ensino fundamental. Teixeira, Pereira e Coutinho (2017) também salientam o interesse da comunidade atendida por livros didáticos, além de literatura infantil. Sobre necessidades informacionais, Silva, Costa e Cavalcante (2017), em relação ao grupo que estudaram, composto por idosos, afirmam que estas estão relacionadas principalmente às questões ligadas ao cotidiano, como transportes e saúde.

Um aspecto que também apareceu bastante abordado nos artigos foi em relação às principais **atividades** desenvolvidas pelas bibliotecas comunitárias estudadas. De modo geral, os artigos salientam que as atividades realizadas vão ao encontro dos interesses das comunidades atendidas. O principal tipo de

atividade mencionado como prática regular das bibliotecas são atividades de mediação de leitura e atividades culturais diversas (SALCEDO; ALVES, 2015; SANTOS; MONTUANI, 2015; THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016; CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017; COSTA; SOUSA, 2017; HORTA; ROCHA, 2017; SILVA; COSTA; CAVALCANTE, 2017; ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2018; SILVA; CAVALCANTE, 2018; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018). Essas atividades são realizadas com temas e formatos diversos. Também são citadas atividades de reforço escolar (TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017), relacionadas ao fomento à memória e à identidade local (CONCEIÇÃO; COSTA, 2018; SILVA; CAVALCANTE, 2018), de cunho informacional (SILVA; COSTA; CAVALCANTE, 2017) e envolvendo temas sociais e ambientais (SALCEDO; ALVES, 2015). Estas últimas três podem ser consideradas atividades de educação popular. Silva, Costa e Cavalcante (2017) ressaltam a importância da realização de atividades específicas para a população adulta, em especial, idosa, na realidade que estudaram (SILVA; COSTA; CAVALCANTE, 2017).

Em relação à **função** desempenhada pelas bibliotecas comunitárias que foi conjecturada pelos autores dos artigos analisados, Silva e Cavalcante (2018) consideram que a biblioteca comunitária possui papel cultural e memorial; Conceição e Costa (2018) também ressaltaram o papel memorial da biblioteca comunitária, assim como o fato de se constituir num espaço público. A biblioteca comunitária também foi evidenciada como espaço de convivência (MARQUES; PEREIRA, 2014; COELHO; BORTOLIN, 2018), espaço de formação social e cultural (COSTA; SOUSA, 2017), agentes integradores de saberes e informações (HORTA; ROCHA, 2017), instituição de educação não-formal

(SALCEDO; ALVES, 2015), assim como um espaço de luta (THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016).

O acesso à leitura e a atividades culturais, assim como os benefícios provenientes delas, parecem ser os maiores **impactos** percebidos nas pesquisas (SANTOS; MONTUANI, 2015; COELHO; BORTOLIN, 2018; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018). Sobre os benefícios da leitura, Alves, Correia e Salcedo (2018, p. 233) salientaram que “[...] a leitura possibilita a ampliação do universo da linguagem e do universo cultural, da mesma forma que auxilia no exercício escolar e profissional.” E afirmam que as práticas de leitura e informação impulsionaram os sujeitos a interagir com as bibliotecas comunitárias na criação dos espaços e no desenvolvimento das suas ações cotidianas. Costa e Sousa (2017) perceberam que as crianças com mais facilidade com a leitura e a escrita também são mais comunicativas e interativas. Já Alves, Carvalho e Silva (2018, p. 14) perceberam a compreensão do grupo estudado (alunos do EJA/ensino médio) sobre a leitura como necessária para sua emancipação social, mas:

[...] há pouco reconhecimento da biblioteca comunitária como espaço educativo. Tampouco a prática da leitura consegue exercer grande influência na ressignificação da sua realidade da comunidade, expondo uma relação pragmática na busca pela informação mediante a apropriação de conhecimentos.

Salcedo e Alves (2015, p. 575) entendem que:

[...] apropriação da escrita ou até melhora na redação dos usuários permite uma autonomia e

independência cada vez maior dos indivíduos, uma vez que eles conseguem transcrever seus sentimentos e conhecimentos sobre determinado assunto que os rodeia. Além disso [...] faz com que muitas crianças se alfabetizem na biblioteca (algumas até com idade bem avançada).

Os autores perceberam também ampliação da consciência social e ambiental dos usuários e mudança no comportamento das crianças com relação a seus pais (maior afetividade). Afirmam ainda que “[...] esse tipo de atividade social cria as condições à emancipação e profissionalização dos mediadores envolvidos.” (SALCEDO; ALVES, 2015, p. 561). Para Senna, Barbosa e Souza (2017), a biblioteca estudada desempenha um importante papel social para seus usuários. Da mesma forma, Horta e Rocha (2017) consideram que a biblioteca comunitária contribui para a redução das diferenças sociais por meio do acesso à informação e à cultura. Marques e Pereira (2014, p. 146) inferiram que os usuários da biblioteca estudada, contígua a um telecentro comunitário, se “[...] autopercebem socialmente mais incluídos, valorizados e privilegiados por terem os ambientes tão próximos na comunidade.”; afirmam ainda que os usuários veem a biblioteca como um local relacionado, especialmente, à leitura e ao estudo, mas também ao lazer.

Sobre a **criação** das bibliotecas comunitárias estudadas nas pesquisas, alguns artigos destacam o caráter independente de sua criação, como é o caso de Silva e Cavalcante (2018, p. 1704): “[...] criadas junto a iniciativas coletivas de suas comunidades, por meio das quais atuam como espaços sociais e inclusivos de modo

independente das esferas públicas e privadas.”; de Laudino e Lourenço (2018):

São diversas histórias e vários os motivos para criação dessas bibliotecas. [...] pode-se notar a iniciativa de uma comunidade específica, suas grandes dificuldades em todas as esferas para realização do trabalho, e a constante falta de recursos.

De Horta e Rocha (2017, p. 1794):

[...] criadas por impulsos internos das comunidades onde se inserem e fruto de iniciativas de combate à exclusão informacional originados dentro da comunidade.

Também há os casos em que as bibliotecas foram criadas e/ou apoiadas por projetos de extensão universitária, em parceria com as comunidades atendidas (MARQUES; PEREIRA, 2014; CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017; TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017; SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018).

Em relação ao **funcionamento e gestão** das bibliotecas comunitárias, é enfatizada em diferentes artigos a participação das comunidades atendidas, assim como as parcerias firmadas com instituições locais e/ou sociais, públicas e privadas:

[...] a gestão participativa ocorrer por meio das articulações existentes entre outras instituições sociais [...] e pela colaboração dos indivíduos de

suas comunidades. (SILVA; CAVALCANTE, 2018, p. 1704).

A comunidade tem participado ativamente nas decisões a respeito das atividades mais prementes a serem desenvolvidas, da prioridade de acervo e, principalmente, do que esperam de uma biblioteca comunitária. (TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017, p. 2101).

[...] foi verificada a importância de programas, projetos e redes de apoio na criação, estruturação, organização e desenvolvimento das bibliotecas comunitárias. (HORTA; ROCHA, 2017, s.p.).

O que se confirmou aqui foram o empenho e a dedicação desses sujeitos para a manutenção dessas ações e concretização desses objetivos e, principalmente, o gosto e a importância que eles atribuem à leitura. (THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016, p, 1086-1087).

Alves, Correia e Salcedo (2018) também frisam a articulação com entidades locais.

Também é evidenciada a importância do(a) profissional bibliotecário(a) nas bibliotecas comunitárias: Costa e Sousa (2017) afirmam que é fundamental a sua participação nesse tipo de biblioteca. E duas pesquisas abordam realidades em que havia bibliotecário(a) presente:

[...] a presença contínua de bibliotecários na gestão dessa biblioteca desde sua gênese, parece ter permitido um desenvolvimento mais consistente e autônomo para a biblioteca. (HORTA; ROCHA, 2017, p. 1795).

[...] o bibliotecário [...] assume o papel de mediador exatamente porque medeia a interação entre as partes, comportando-se também como provedor e curador do fluxo da informação em todo seu ciclo. (CAVALCANTE; SILVA; LOPES, 2017, p. 545).

Também são mencionadas as principais **dificuldades** enfrentadas pelas bibliotecas estudadas, que versam em torno de falta de recursos, tanto financeiro quanto de pessoal para atuar na(s) biblioteca(s) (THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016; ALVES; CARVALHO; SILVA, 2018; COELHO; BORTOLIN, 2018; LAUDINO; LOURENÇO, 2018). Thomazi, Gonçalves, Machado e Bacelar (2016, p. 1086) realçam que:

[...] mesmo diante de inúmeros obstáculos, [a biblioteca] não se deixa abater facilmente e [...] talvez, pelo próprio fato de já nascer em um contexto de escassez, de ausência da atuação do poder público, se construiu diante de uma realidade antes de necessidades do que de facilidades.

Por fim, percebe-se também certa concordância sobre o fato de as bibliotecas comunitárias nascerem pela escassez de espaços de informação, cultura e lazer nas localidades a que pertencem,

escassez esta que deveria ser suprida pelo poder público; além disso, também é percebida uma tendência à defesa de políticas públicas para apoiarem essas bibliotecas, nos mais variados recursos: “[...] espaços como opção de lazer e sociabilidade, questão bastante relevante em um local onde há poucas opções para isso.” (MARQUES; PEREIRA, 2014, p. 161); “As bibliotecas comunitárias surgem em locais onde a biblioteca pública deveria estar atuando.” (COELHO; BORTOLIN, 2018, p. 1401).

Esse interesse pelas obras do Acervo Geral pode estar associado à carência ou à impossibilidade de acesso a outras bibliotecas da cidade que possam suprir sua necessidade de informação. (NININ; AMARAL; MILANEZ; FARIA, 2015, p. 68).

As bibliotecas comunitárias aqui pesquisadas são um exemplo de organizações criadas paralelamente à organização pública que buscam suprir bens e serviços de leitura que o Estado deveria ofertar. (THOMAZI; GONÇALVES; MACHADO; BACELAR, 2016, p. 1086).

É “[...] necessário haver recursos e investimentos oriundos e destinados a partir de debates que se materializam por meio de políticas públicas [...]” (TEIXEIRA; PEREIRA; COUTINHO, 2017, p. 2095).



## CONCLUSÃO

A discussão sobre bibliotecas comunitárias, apesar de ainda incipiente, está em expansão, a partir de 2010. A questão conceitual sobre a temática ainda está em discussão, mas verificou-se que a definição proposta por Machado passou a ser bastante utilizada a partir da defesa da sua tese a da publicação do artigo em que discute o conceito. Isso pôde ser verificado tanto na produção analisada a partir de 2014, como anteriormente.

Sobre os assuntos mais abordados pela produção brasileira, é apontado que até 2013 o maior foco é nos coordenadores de bibliotecas comunitárias (gestores). A partir de 2014, verificou-se que o assunto mais tratado nos objetivos das pesquisas são questões relacionadas à leitura. E o maior público abordado nas investigações ainda são os gestores das bibliotecas.

Metodologicamente, até 2013, grande parte das pesquisas consistiam em estudos de caso e as técnicas adotadas para coleta de dados eram a entrevista e o questionário. A partir de 2014, também se verifica que a maioria das pesquisas se configura como estudo de caso, sendo a grande maioria com abordagem qualitativa de nível descritivo ou exploratório, e tendo a entrevista como a técnica mais utilizada para a coleta de dados, seguida pela observação e pelo questionário. Infere-se com isso que o campo está ainda no início de sua constituição, pois as pesquisas ainda estão se familiarizando com a temática, conhecendo, explorando e descrevendo realidades particulares.

Sobre as regiões em que se situam as bibliotecas comunitárias estudadas, até 2013, Sul, Sudeste e Nordeste compunham essa amostragem. A partir de 2014, situam-se principalmente na região sudeste, seguida por nordeste e, em menor quantidade, norte e sul.

Acredita-se que essas regiões (especialmente a região sudeste do país) possuem a maior quantidade de bibliotecas comunitárias, mas também são regiões em que se situam a maioria dos pesquisadores interessados na temática.

Foi verificado nas pesquisas analisadas que o maior público usuário das bibliotecas comunitárias é constituído por crianças e adolescentes; as principais demandas solicitadas são por leitura literária e atividades culturais; conseqüentemente, as atividades mais desenvolvidas pelas bibliotecas comunitárias são mediação de leitura e atividades culturais diversas. As bibliotecas comunitárias são vistas, principalmente, como espaço de cultura, de memória e de convivência. Os principais impactos das bibliotecas em seus usuários e comunidades são o acesso à leitura e a atividades culturais e seus benefícios, além de questões ligadas à emancipação social e cidadã.

A respeito de sua criação, as bibliotecas estudadas nas pesquisas foram criadas de forma independente de instâncias governamentais, seja por iniciativas locais ou de instituições sociais ou ainda resultado de projetos de extensão universitária. Percebeu-se também o envolvimento das comunidades com seu funcionamento e o estabelecimento de parcerias com instituições locais e/ou sociais, públicas e privadas, o que mostra a deficiência do poder público em relação às bibliotecas comunitárias. Até 2013, também foram evidenciadas essas mesmas formas de criação das bibliotecas comunitárias.

Um aspecto salientado até 2013, e que aparece fortemente também a partir de 2014, diz respeito às dificuldades enfrentadas pela falta de recursos financeiros e humanos, assim como a falta de políticas públicas para apoiar essas bibliotecas. Percebeu-se também que é consenso que as bibliotecas comunitárias nascem a

partir da carência de espaços de informação, cultura e lazer nas localidades, questão que deveria ser suprida pelo poder público.

Verifica-se a necessidade de ampliação de alguns debates no contexto das bibliotecas comunitárias. Talvez o mais sensível seja em relação a políticas públicas para apoiarem essas bibliotecas no Brasil, questão que está relacionada à sustentabilidade, infraestrutura e, até mesmo, gestão e pessoal. Acredita-se que uma forma que pode ser melhor explorada é a extensão universitária, especialmente a partir da Resolução de dezembro de 2018 do Ministério da Educação (MEC), que estabelece um mínimo de 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação para atividades de extensão (BRASIL, 2019). A extensão pode suprir as bibliotecas comunitárias de recursos materiais, apoio técnico e pessoal; além da contrapartida para os estudantes de Biblioteconomia, que terão a oportunidade de vivenciar a atuação profissional nesse tipo de biblioteca. A extensão universitária, da mesma forma, representa uma opção para o debate sobre a deficiência de bibliotecários(as) atuando nessas bibliotecas. Também se percebe a importância de discutir o papel da iniciativa privada e de instituições da sociedade civil no apoio às bibliotecas comunitárias.

Outra questão que se presume delicada é em relação à participação das comunidades locais, pois parece que apenas uma pequena parcela destas usufrui dos benefícios dessas bibliotecas, fazendo com que se torne importante o debate sobre formas de atração dos diferentes grupos comunitários. Por fim, entende-se também como importante a questão relacionada ao desenvolvimento das práticas de leitura nesse tipo de biblioteca. Acredita-se que as reflexões sobre ações de educação popular podem contribuir com essas duas questões.

## REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, nov. 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: [http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica\\_digital.pdf](http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf). Acesso em: 1 set. 2019.

ALVES, J. P. C.; CARVALHO, C. L. R.; SILVA, M. P. A aquisição da leitura por alunos da EJA/Ensino Médio em contextos populares. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 1-17, jan./abr. 2018.

ALVES, M. S.; CORREIA, A. E. G. C.; SALCEDO, D. A. Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em Rede da Releitura – PE. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, 211-237, jan./abr. 2018.

ALVES, M. S.; SALCEDO, D. A.; CORREIA, A. E. G. C. Um mapeamento da produção científica sobre Bibliotecas Comunitárias na Ciência da Informação brasileira. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 40-66, set. 2016/fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 49, 19 dez. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CALIL JÚNIOR, A.; MACHADO, E. C.; KLEIN, G. F.; SANTOS, L. G. M. Bibliotecas comunitárias: entre saberes e fazeres. **Raízes e rumos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 43-55, jan./jun. 2018.

CASADO, E. S. **Manual de estudios de usuarios**. Madrid: Fund. German Sanchez Ruiperez, 1994.

CAVALCANTE, K. V.; SILVA, A. L. A.; LOPES, F. V. O agir comunicativo de Habermas em bibliotecas comunitárias: uma análise reflexiva sob a luz da mediação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 534-547, ago./nov. 2017.

COELHO, C. D.; BORTOLIN, S. A mediação da leitura literária na Rede Leitora Terra das Palmeiras de São Luís-MA. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais[...]**. Londrina: UEL, 2018.

CONCEIÇÃO, V. P.; COSTA, M. J. M. O patrimônio cultural e a memória da área Itaqui-Bacanga representados no acervo da biblioteca “Semente Social” da ACIB em São Luís, Maranhão. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**, São Luís, v. 4, n. esp., p. 599-611, jul./dez. 2018.

COSTA, M. N. R.; SOUSA, L. L. A contribuição do “Espaço Cultural Nossa Biblioteca” para o desenvolvimento sociocultural da comunidade do Guamá em Belém do Pará. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. CBBD, p. 1696-1711, 2017.

CRIVELLARI, H. M. T.; SIMA, A. M. Biblioteca universitária, escolar e comunitária: o caso da biblioteca comunitária “Professora Ebe Alves da Silva” do IFMG. **RDBCI: Revista**

**Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação,**

Campinas, v. 14, n. 1, p. 28-48, jan./abr. 2016.

ELIAS JÚNIOR, A. C.; MACHADO, E. C.; KLEIN, G. F.

Biblioteconomia pública: experiência de ensino-aprendizagem.

**Revista Cajueiro**, Sergipe, v. 1, n. 1, p. 197-225, nov. 2018.

FERNANDEZ, C.; MACHADO, E.; ROSA, E. (Org.). **O Brasil**

**que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na

formação de leitores. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire;

Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, 2018.

HORTA, N. M.; ROCHA, F. S. F. Bibliotecas comunitárias:

organização sociocultural e instrumento para a democratização

do acesso à informação e para a valorização cultural. **Revista**

**Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.

13, n. esp. CBBD, p. 1781-1797, 2017.

LAUDINO, B. G. L.; LOURENÇO, G. C. Biblioteca comunitária:

um universo dentro de uma tipologia. **Múltiplos Olhares em**

**Ciência da Informação**, n. esp. EREBD, não paginado, 2018.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social**

**no Brasil**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da

Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de

São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de

biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e**

**Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 80-94, jul./dez.

2009.

MARQUES, H. A. P.; PEREIRA, P. M. S. Impacto social de

telecentro próximo à biblioteca comunitária sob a ótica do

beneficiário: o caso chico mendes. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 146-165, jul./dez. 2014.

NININ, D. M.; AMARAL, R. M.; MILANEZ, D. H.; FARIA, L. I. L. Indicadores de circulação do acervo na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 59-71, jan./abr. 2015.

PEREIRA, P. M. S.; COUTINHO, L. R. S. Estudo de comunidade e biblioteca comunitária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais[...]**. Londrina: UEL, 2018.

PRADO, G. M.; PRADO, J. A. M. Da ordem presente à razão futura da biblioteca comunitária no brasil. **Revista Cajueiro**, Sergipe, v. 1, n. 1, p. 45-86, 2018.

REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS. **[Website]**. [S. l.]: RNBC, [2018 ou 2019]. Disponível em: <https://www.rnbc.org.br/>. Acesso em: 1 ago. 2019.

SALCEDO, D. A.; ALVES, M. O papel da biblioteca comunitária na construção dos direitos humanos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 561-578, set./dez. 2015.

SANT'ANA, G. C.; KIRST, M. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo como política pública cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 582-593, 2015.

SANTOS, C. C.; MONTUANI, D. F. B. A biblioteca como espaço estimulador do desenvolvimento do leitor: uma experiência da Biblioteca Comunitária Salão do Encontro. **Revista do Instituto**

**de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 11, n. 14, não paginado, 2015.

SENNA, A.; BARBOSA, M. F. S. O.; SOUZA, T. A. Biblioteca infantil como lugar de encantamento. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 108-125, jan./jun. 2017.

SENNA, A.; PRADO, G. M.; BARBOSA, M. F. S. O. Capital social e recursos educacionais nas favelas Pavão-Pavãozinho/Cantagalo do Rio de Janeiro. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 155-169, 2015.

SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E. Expressões da memória, cultura e mediação na biblioteca comunitária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais[...]**. Londrina: UEL, 2018.

SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E.; COSTA, M. F. O. O diálogo entre biblioteca e comunidade: um estudo de caso acerca do perfil e das percepções dos usuários das bibliotecas comunitárias de Itaitinga, Ceará. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 39-54, 2018.

SILVA, A. P. C.; COSTA, M. F. O.; CAVALCANTE, L. E. Necessidades informacionais de idosos em bibliotecas comunitárias: estudo realizado em uma biblioteca no município de Fortaleza, Ceará. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 29-46, 2017, out. 2017.

TEIXEIRA, G.; PEREIRA, P. M. S.; COUTINHO, L. R. S. A extensão como prática política e pedagógica das universidades em bibliotecas comunitárias: o caso do Projeto Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ. **Revista Brasileira de**



**Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. CBBB, p. 2090-2103, 2017.

THOMAZI, A. R. G.; GONÇALVES, R. G.; MACHADO, G. C.; BACELAR, G. M. Biblioteca comunitária: ação alternativa em face da política pública de leitura. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1066-1088, set./dez. 2016.

Francilene Cardoso (Org.)

# UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE COMPETÊNCIA EM MÍDIA E EM INFORMAÇÃO

*Carolina Santana*

*Marianna Zattar*

## INTRODUÇÃO

Um estudo desenvolvido no campo de estudos da informação pode ser pautado nas cinco leis propostas por Shiyali Ramamrita Ranganathan em 1931 (2009) para guiar a Biblioteconomia. Contudo, como bem observa Lankes (2012), há que se destacar que mesmo que três dessas leis falem sobre livros, essa é provavelmente uma questão temporal já que esse era o suporte/formato utilizado como principal fonte de informação à época. Ciente da necessidade de contextualizar as leis que guiam a Biblioteconomia, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propôs uma interpretação moderna dessas leis e estabeleceu uma relação entre as mesmas e os direitos humanos. Compreendendo a importância do acesso à informação para o exercício desses direitos, é válido destacar o papel da Biblioteconomia nesse contexto, garantindo que todos tenham liberdade de acesso ao conhecimento e à informação, em suas mais diversas formas e de maneira inclusiva e que, a partir disso, possam se desenvolver como indivíduos e como sociedade (SINGH; KERR; HAMBURGE, 2016).

Quando Lankes (2012) menciona que “a missão de uma biblioteca é melhorar uma sociedade facilitando a criação de conhecimento em uma comunidade”, ele reforça a ideia de que a comunidade é o foco principal das atividades da biblioteca, e consequentemente, do bibliotecário. Um exemplo disso é que, na atualidade, compreende-se a possibilidade de extrapolar os limites dos suportes e formatos nos estudos e práticas dos processos e ações biblioteconômicas, o que significa que um dos papéis dos bibliotecários é viabilizar suas ações de acordo com as necessidades do usuário e o contexto em que está inserido.

A competência em mídia e informação se apresenta nesse cenário, pois entende-se que também é papel do bibliotecário preparar sua comunidade de maneira responsável e consciente para interagir com a informação e, principalmente, estimular nos indivíduos o pensamento crítico. Além disso, o desenvolvimento das habilidades referentes à mesma se relaciona com a noção de desinformação, ou informação falsa. Relaciona-se com a competência em mídia e em informação a prática informacional, que é baseada na maneira que o indivíduo se relaciona com a informação, considerando o contexto em que está inserido e a vivência que possui.

Nesse contexto, a elaboração deste trabalho se justifica a partir da crescente onda de desinformação que atinge uma considerável parcela da população que tem acesso à internet, e principalmente, às redes sociais. Além disso, muito se atribui o dever da checagem dos fatos que circulam em notícias aos jornalistas, quando o bibliotecário, no exercício de suas funções de profissional da informação, também possui responsabilidade social de assegurar que a comunidade a qual pertence tenha acesso a informações verídicas, seguras e que possam agregar

conhecimento. O presente capítulo tem como objetivo realizar um estudo da prática informacional da comunidade discursiva da competência em mídia e em informação.

A relevância deste capítulo dentro do campo da informação e, especialmente da Biblioteconomia, parte da necessidade de proporcionar maior visibilidade para os estudos desenvolvidos sobre Competência em Mídia e em Informação. Além disso, por se tratar de uma temática relativamente nova, ainda não acumula um número expressivo de publicações.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o avanço nas tecnologias da informação e comunicação, e o aumento da importância creditada à mídia e à informação, cresceu também a necessidade de reagir a esses elementos. Nesse contexto, a Competência em Informação surge como uma resposta ao aumento na produção e consumo de informação pela sociedade e a necessidade de comportamentos e práticas solidárias. Por ser um conceito relativamente novo, a sua definição foi sendo estabelecida com o passar do tempo e a percepção de sua relevância (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

A Competência em Informação foi citada pela primeira vez em 1974, por Paul Zurkowski – que na época era presidente da *Information Industry Association* – em um trabalho intitulado “*The information service environment relationships and priorities*”, que previa as mudanças que viriam a ser enfrentadas pelos profissionais da informação, e sugeria a *Information Literacy* (traduzido como Competência em Informação) como a solução para esse cenário, viabilizada a partir de um conjunto de medidas

necessárias para o desenvolvimento de habilidades que facilitassem o acesso à informação. Pouco depois do relatório de Zurkowski, um novo significado surgiu para a Competência em Informação, o acesso à informação já não era o foco principal, mas sim o seu uso. As definições atribuídas à Competência em Informação foram relacionadas às habilidades técnicas de busca a serem desenvolvidas nos usuários pelos profissionais bibliotecários ou estavam ligadas ao papel social, político, cada vez maior exercido pela informação (DUDZIAK, 2003).

Nos anos de 1980, a noção de Competência em Informação estava ligada ao avanço das tecnologias de informação e comunicação, ao desenvolvimento de habilidades que possibilitassem a busca, acesso e uso da informação disponibilizada agora em diferentes suportes. Nesse contato, destaca-se a definição da American Library Association (ALA) que publicou o *Presential Committe on Information Literacy: final report*:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação... Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION – PRESIDENTIAL COMMITTEE ON INFORMATION

LITERACY, 1989, p. 1 *apud* DUDZIAK, 2003, p. 26).

Em 2000, a ALA publicou o *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, um documento que estabelecia conceitos e padrões para o desenvolvimento da Competência em Informação em instituições de ensino superior. Em 2016, esse documento foi revogado e a ALA publicou o *Framework for Information Literacy for Higher Education*, que parte da ideia de que a Competência em Informação, compreendida como um movimento de reforma educacional apenas alcançará seu potencial através do uso de um conjunto mais rico e mais complexo de ideias centrais (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016).

No Brasil, a Competência em Informação começou a dar seus primeiros passos, tal como se conhece atualmente, nos anos 2000. Um dos marcos iniciais foi a publicação de Sônia Elisa Caregnato (2000), que apesar de ser voltada para as práticas relativas à Competência em Informação em Bibliotecas Universitárias, ressalta a importância de investir no desenvolvimento de habilidades informacionais para usuários das Unidades de Informação, e não somente na informatização das Bibliotecas. Nesse mesmo texto, Caregnato utiliza Alfabetização Informacional para se referir ao conceito de *Information Literacy*. Há divergência entre os profissionais da informação no que dizia respeito à tradução da *Information Literacy*, e esse fato contribuiu para que vários termos surgissem no cenário nacional; “Competência Informacional”, “Letramento Informacional” e “Alfabetização Informacional” são alguns deles (DUDZIAK, 2003). Em 2013, a tradução de *Information Literacy*

para Competência em Informação foi consolidada internacionalmente com a publicação do *Overview of Information Literacy Resources Worldwide* e possui como referência direta à Declaração de Maceió, publicada em 2011.

De acordo com o *Framework for Information Literacy for Higher Education*, publicado pela ALA, Competência em Informação é:

[...] o conjunto de habilidades integradas que englobam a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e participação ética nas comunidades de aprendizagem (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016, tradução nossa).

Os estudos em torno da Competência em Informação vêm avançando com os anos, e sua importância vem sendo reconhecida ao redor do mundo. No Brasil, ainda há um caminho a ser percorrido, mas já existem estudos e projetos voltados para essa área, o que mostra um panorama favorável para o futuro.

A Competência em Informação se refere a um processo contínuo, que leva em consideração a vivência do indivíduo. O processo de aprendizado é único para cada um, justamente por cada pessoa ter uma experiência única de vida.

Já em 2011, a UNESCO organizou um evento pensado para discutir critérios de avaliação da Competência em Mídia e em Informação. O produto desse encontro foi o documento *Towards Media and Information Literacy Indicators* que acabou por se tornar um documento base, utilizado inclusive pela *International*



*Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*, que estabelece três pontos chaves para definir sua finalidade:

Primeiro, fornece elementos-chave, relacionados e comuns na definição da mídia e da alfabetização da informação (MIL) e seus resultados de aprendizagem. Em segundo lugar, fornece uma justificativa para uma concepção de MIL como um conjunto coletivo de competências inter-relacionadas (conhecimento, habilidades e habilidades) necessárias para a educação de hoje. Finalmente, identifica e descreve alguns dos desafios no desenvolvimento de variáveis mensuráveis e ideias para avaliar os trade-offs na seleção de indicadores (IFLA, 2011, p. 6 *apud* DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 224- 225)

A partir desse evento, a incidência de encontros e publicações acerca da Competência em Mídia e Informação cresceu consideravelmente. A UNESCO continua se destacando na promoção de ações a respeito da temática e, dentro desse cenário, destaca-se a *MIL Week* 2016, realizada em São Paulo, o que mostra que o Brasil está acompanhando os avanços dos estudos na área. Esse evento foi organizado para discutir a importância da Competência em Mídia e em Informação no âmbito mundial, bem como uma oportunidade para fortalecer a rede internacional MILID, da qual a Universidade de São Paulo (USP) faz parte (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017). Em 2017, o evento foi realizado em Kingston, Jamaica, com o tema “Competência em

Mídia e em Informação em tempos críticos: repensando formas de aprendizado e ambientes de informação”. E em 2018, foi realizado em Kaunas, na Lituânia trazendo o tema “Cidades Competentes em Mídia e em Informação: vozes, poderes e criadores de mudanças”.

Um dos destaques desse evento foi a iniciativa *MIL CLICKS* (*Media and Information Literacy – Critical Thinking-Creativity, Literacy, Intercultural Citizenship, Knowledge and Sustainability*), desenvolvida pela UNESCO e que, dentre outras ações, promove o pensamento crítico e realiza um trabalho de conscientização através das redes sociais, utilizando mídias que se adequam melhor a essas plataformas, como vídeos e infográficos. Essa ação visa proporcionar um entendimento mais amplo dos objetivos que se pretendem alcançar e também das práticas que são desenvolvidas a partir da Competência em Mídia e Informação.

Além disso, a Competência em Mídia e em Informação se preocupa com a verificação das fontes antes de compartilhar uma informação para evitar a desinformação, usada para se designar diferentes formas e modos de informação falsa, como é o caso das chamadas *fake news* (notícias falsas). Uma das práticas incentivadas pelo *MIL Clicks* e pela *MIL* como um todo é a verificação de fontes antes de replicar uma informação.

Cooperando com os ideais promovidos pela UNESCO, a Comissão Europeia desenvolveu um relatório sobre desinformação, elaborado por profissionais oriundos de diversas áreas do conhecimento. Esse relatório visa estabelecer medidas concretas a serem desenvolvidas em resposta à desinformação. O documento foca no impacto do avanço da tecnologia para a criação e disseminação de desinformação e indo contra o que é proposto por muitos políticos. Os responsáveis por sua

elaboração optaram por não estabelecer uma legislação para combater esse problema, pois entendem que cada caso deve ser tratado individualmente e a generalização pode piorar o problema. Dentre algumas das recomendações propostas no relatório estão: a descontinuação do uso do termo *fake news* e a definição de **desinformação** como termo oficial para se referir ao problema; a criação de uma rede de centro de pesquisas na União Europeia (UE), pois, atualmente, a maior parte dos dados utilizados pela UE é proveniente dos Estados Unidos; colaboração das instituições públicas da União Europeia para que compartilhem seus dados de forma eficiente e rápida, quando forem solicitados por agências de checagem de fatos, para que possam ser corrigidos quando necessário; e o pedido de apoio financeiro às instituições que se dedicam à checagem de fatos e ações relacionadas à competência em mídia e informação (EUROPEAN COMMISSION, 2018).

Em âmbito nacional, é possível citar a inclusão da “educação midiática” na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como indício dos avanços no desenvolvimento de práticas ligadas à Competência em Mídia e em Informação. A BNCC é um documento elaborado com a finalidade de definir a organização e os processos ligados às aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, definindo habilidades e competências esperadas dos estudantes e guiando as propostas pedagógicas e currículos de todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas. Sua concepção foi definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996 (BRASIL, 2018).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é orientado por uma abordagem primeiramente quantitativa e, posteriormente, qualitativa, e por ser uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo. Esse nível de pesquisas “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 41). De outro modo, pode-se dizer que essas pesquisas visam aprimorar ideias ou promover a descoberta de intuições. Já a pesquisa descritiva visa a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

Por se tratar de uma revisão de literatura, é possível afirmar que este trabalho se trata de uma análise temática, que

consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado. (MINAYO, 2004, p. 209).

A análise temática se divide em pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise é a fase inicial em que os documentos que serão analisados são escolhidos. Ela consiste em leitura flutuante, constituição do corpus e formulação de hipóteses e objetivos. A exploração do material é a fase da codificação, em que expressões e palavras significativas são adotadas para categorizar o conteúdo recuperado. Na fase final, de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados são submetidos

a análises estatísticas, com a finalidade de transmitir as informações obtidas e, assim, realizar interpretações acerca desses resultados (MINAYO, 2004, p. 210).

A revisão de literatura das temáticas Competência em Mídia e Informação têm como campo de pesquisa quatro importantes bases de dados referenciais no âmbito internacional da área de estudos da informação, a saber:

a) BENANCIB: o Repositório disponibiliza os trabalhos e palestras elaborados como resultados dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). É desenvolvido dentro da Universidade Federal Fluminense, como parte do Projeto de Pesquisa “Questões em Rede” criado pelo Grupo de Pesquisa “Informação, Discurso e Memória” (QUESTÕES EM REDE, 2018);

b) Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI): é o resultado do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo foco principal é viabilizar estudos na área da Ciência da Informação. Partindo desse ideal, foi realizado um trabalho para identificar os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação (CI) e indexar seus artigos, dando origem à base de dados (DE OLHO NA CI, 2011);

c) *Library and Information Science Abstracts* (LISA): é uma ferramenta internacional de indexação e resumos desenvolvida para bibliotecários e outros profissionais da informação. Atualmente, traz os resumos de mais de 300 periódicos de cerca de 40 países e em 20 idiomas, fornecendo uma cobertura bibliográfica abrangente da literatura acadêmica relacionada à biblioteconomia (PROQUEST, 2018).

d) *Information Science and Technology Abstracts (ISTA)*: a mais antiga base de dados da Ciência da Informação e Tecnologia da Informação produzida continuamente; fornece indexação e resumos para artigos de periódicos, livros, relatórios de pesquisa e anais de congressos. Além disso, disponibiliza cobertura contínua dos periódicos mais importantes no campo. Inclui documentos sobre bibliometria, catalogação, classificação, publicações eletrônicas, gestão da informação, recuperação de informação online, comunicação científica, dentre outros (EBSCO, 2018).

Inicialmente a busca nas bases de dados recuperou um total de 130 documentos, dentre artigos de periódicos e trabalhos de eventos publicados em anais. Porém, após a identificação de resultados duplicados o quantitativo final foi de 115 publicações.

Para o levantamento de dados do estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Essa modalidade de pesquisa foi escolhida por conta das vantagens que oferece à temática escolhida, conforme afirma Gil (2002). A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Como técnica de coleta de dados, optou-se pelo levantamento bibliográfico a partir da recuperação de termos referentes à temática de competência em mídia informação nas bases de dados multidisciplinares selecionadas. A pesquisa foi realizada em cada uma das quatro fontes de informação selecionadas nesta pesquisa, empregando os termos “Competência Informacional e Midiática”, “Competência em

Mídia e Informação”, “Alfabetização Midiática e Informacional” e “*Media and Information Literacy*”. Essa terminologia foi adotada considerando o número especial da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, dedicado à “*Media and Information Literacy*”, cuja ideia foi concebida em virtude da realização da *MIL Week 2016* (DUDZIAK, 2017).

As aspas são utilizadas como padrão de busca. Para que os resultados recuperados estejam de acordo com o almejado. Para analisar os dados encontrados nesta pesquisa foi adotado o procedimento de análise qualitativa, assim selecionando os documentos recuperados que possuem o maior grau de pertinência em relação à temática estudada.

A análise dos resultados foi realizada levando em consideração a autoria, o periódico em que o artigo foi publicado, o ano de publicação, e no caso dos trabalhos apresentados nos ENANCIB, o ano de realização do evento, bem como seu Grupo de Trabalho, além do local de publicação e as palavras-chaves utilizadas para a indexação dos documentos. Os periódicos com maior número de publicações foram submetidos a uma busca na plataforma Sucupira com a finalidade de verificar sua classificação Qualis dentro da área de Comunicação e Informação, no quadriênio 2013-2016.

De forma complementar, foi realizada uma pesquisa na base de dados Scopus, com a finalidade de verificar se o artigo mais citado sobre a temática estudada fazia parte do resultado obtido com a busca nas bases de dados que compõem o corpus do campo de pesquisa. Para isso, foi utilizado o termo “*Media and Information Literacy*”, essa escolha é pautada no quantitativo de resultados obtidos com as pesquisas, bem como na utilização oficial da expressão no âmbito internacional.

## RESULTADOS

A fim de atender os objetivos propostos na concepção deste texto, o presente capítulo apresenta a revisão da literatura elaborada. Utilizando a coleta de dados foi identificado um volume de artigos correspondente à representação da produção científica sobre Competência em Mídia e em Informação nas quatro bases de dados multidisciplinares do campo de estudos da informação em nível nacional e internacional, a saber: BRAPCI, BENANCIB, LISA e ISTA.

A abordagem qualitativa foi escolhida para efetuar a análise dos dados obtidos, antes, porém, foi feita uma sistematização quantitativa dos resultados recuperados. A presente seção e as subseções a seguir indicam os resultados obtidos com a pesquisa de acordo com os termos adotados, “Alfabetização Midiática e Informacional”, “Competência Informacional e Midiática”, “Competência em Mídia e Informação” e “*Media and Information Literacy*”. A escolha dessas expressões foi justificada previamente na seção de metodologia desta pesquisa e se relaciona com os usos de termos de natureza sinônima.

### APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos resultados obtidos com as pesquisas foi possível analisar os dados e observar o crescimento do número de pesquisas acerca da temática, bem como outras informações relevantes para estabelecer o estado da arte sobre os estudos da área. A seguir, serão relatados os procedimentos de busca utilizados para chegar às conclusões que se seguem.



Na BRAPCI, a pesquisa foi realizada por meio da inserção do termo “Alfabetização Midiática e Informacional” no campo de “busca por”, com a opção “todos os campos” selecionada, a fim de recuperar o maior número possível de documentos. Essa pesquisa retornou cinco resultados.

No repositório BENANCIB, a busca simples foi mais uma vez utilizada. Na pesquisa efetuada foi localizado um trabalho relacionado ao termo escolhido. O mesmo ocorreu ao efetuar a busca básica na base de dados LISA, apenas um artigo foi encontrado. A pesquisa efetuada na ISTA não retornou resultados. Para essa terminologia, foram localizados sete documentos.

Utilizando o segundo termo escolhido, “Competência Informacional e Midiática”, as pesquisas foram novamente efetuadas nas bases de dados indicadas. Na realização da busca na BRAPCI, foram localizados seis registros. O mesmo ocorreu ao efetuar a pesquisa no BENANCIB e na LISA e com o uso desse termo foram encontrados três trabalhos no repositório. Na base de dados foram localizados dois documentos. A pesquisa realizada na ISTA mais uma vez não retornou resultados. A busca resultou num total de 11 publicações recuperadas.

Na busca empreendida nas quatro bases de dados escolhidas utilizando a terminologia “Competência em Mídia e Informação” não foram encontrados resultados. Imagina-se que a ausência de itens pode representar alguma falha na recuperação dessas fontes de informação, pois se há um número especial sobre o tema o resultado deveria identificar os artigos do periódico.

Por fim, o termo “*Media and Information Literacy*” foi empregado nas buscas das bases de dados. Por ser o termo oficial designado para a área na língua inglesa, já era esperado que os

resultados das pesquisas em que fosse utilizado seriam mais altos do que os termos em português, onde ainda não há uma decisão consensual entre os estudiosos da área sobre a nomenclatura.

As pesquisas utilizando esse termo resultaram num total de 112 documentos recuperados nas quatro bases de dados, divididos da seguinte maneira. Resultantes da busca efetuada na BRAPCI, foram encontrados oito documentos. Como produto da pesquisa realizada no BENANCIB, o resultado obtido foi de três trabalhos. A busca na ISTA retornou resultados pela primeira vez, encontrando inicialmente quatro publicações. Porém, apenas três estavam de fato disponíveis para acesso, sendo este o resultado final da pesquisa. Por fim, a busca na base de dados LISA foi responsável pela maior parte de publicações recuperadas em toda a pesquisa, apresentando 98 documentos relacionados com a temática. Pode-se relacionar que o resultado maior represente a inserção da fonte de informação no campo de estudos da informação em nível internacional.

## **CONCLUSÃO**

Um ponto a ser trazido para discussão é o fato de ainda não haver uma decisão consensual entre os pesquisadores da área acerca da nomenclatura oficial do conceito representado como “Competência em Mídia e em Informação”. Neste trabalho, as buscas utilizaram os termos mencionados no volume especial da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação sobre a temática e, ainda assim, o número de documentos recuperados foi bem menos expressivo e em um dos casos inexistente se comparado ao resultado quando o termo reconhecido na língua inglesa foi empregado. Por outro lado, é um ponto positivo notar

que mesmo que os resultados indexados com a expressão em inglês tenham representado a maior parte da amostra que compôs essa pesquisa, autores e periódicos brasileiros conseguiram se destacar. Tal fato mostra que os estudiosos e pesquisadores em esfera nacional estão acompanhando o desenvolvimento das pesquisas e contribuindo para o crescimento da área.

Todo o trabalho desenvolvido pela UNESCO com a finalidade de promover ações e conteúdo que dissemine os ideais de Competência em Mídia e em Informação, tanto para os profissionais da informação, quanto para os usuários desta merecem destaque. A iniciativa *MIL Clicks* se faz absolutamente útil em tempos onde a desinformação é tão presente nas mídias sociais. O material produzido dentro desse projeto se adequa perfeitamente às plataformas em que ele é disponibilizado, facilitando assim a compreensão do usuário. Já os eventos organizados com a finalidade de reunir profissionais e estudiosos com interesse na área causam um impacto visível. À medida em que os encontros promovidos pela UNESCO para discutir a importância de criar medidas para implementar a Competência em Mídia e em Informação foram se tornando mais constantes, o número de publicações sobre o assunto foi crescendo.

Para o futuro da área, o panorama se mostra favorável. Pode-se citar o relatório publicado pela Comissão Europeia e a inclusão da “educação midiática” na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como exemplos, pois ambos mostram que em esfera nacional e internacional o reconhecimento da necessidade de desenvolver as habilidades para se tornar competente em mídia e em informação vem crescendo. Além disso, vê-se que debates sobre a maneira que a informação é consumida, a não-disseminação da desinformação e outros conceitos que compõem

a noção da temática estudada vêm se tornando cada vez mais constantes em plataformas mais tradicionais, como telejornais e jornais impressos.

Por fim, é importante ressaltar que essa pesquisa não representa o panorama atual completo da área estudada, e sim, uma amostra baseada nos resultados obtidos através das bases de dados escolhida. Outros dados podem ser recuperados em identificados em pesquisas em outras fontes de informação ou podem ser desenvolvidas utilizando outros procedimentos metodológicos daqueles apresentados.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College & Research Libraries. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 jul. 2019.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O Desenvolvimento de Habilidades Informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000.

DE OLHO NA CI. **Base de dados BRAPCI: de olho na CI**. 2011. Disponível em: <https://www.deolhonaci.com/news/base-de-dados-brapci/>. Acesso em: 24 maio 2018.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistema de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social. 24. 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011. Não paginado

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. *Information literacy: princípios, filosofia e prática*. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência Informacional e Midiática. [Editorial]. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 1-3, jan./jul. 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017.

EBSCO. **Information Science and Technology Abstracts**. 2018. Disponível em: <https://www.ebsco.com/products/research-databases/information-science-technology-abstracts>. Acesso em: 24 maio 2018.

EUROPEAN COMMISSION. European Union. **A multi-dimensional approach to disinformation**: Report of the independent High-level Group on fake news and online disinformation. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>. Acesso em: 06 jul. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Yucatec, 2004.

LANKES, R. David. **Expect more: demanding better libraries for today's complex world**. Jamesville, NY: Riland Publishing, 2012. 132 p. Disponível em: <https://expectmorelibrary.info/wp-content/uploads/EMSecondEdition/ExpectMore2.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

PROQUEST. **Library and Information Science Abstracts**. Michigan, 2018. Disponível em: <https://search-proquest.ez29.capes.proxy.ufrj.br/lisa/index>. Acesso em: 24 maio 2018.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2009.

SINGH, Jagtar; KERR, Paulette; HAMBURGE, Esther (Ed.). **Media and information literacy: reinforcing human rights, countering radicalization and extremism**. Paris: UNESCO, 2016. 314 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246371/PDF/246371eng.pdf.multi>. Acesso em: 04 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Questões em Rede: coleções**. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/>. Acesso em: 06 jul. 2019.

# ÉTICA À RANGANATHAN: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CÓDIGO DE ÉTICA DA(O) BIBLIOTECÁRIA(O)

*Carlos Wellington Soares Martins*

## INTRODUÇÃO

Pensar a Ética em seus aspectos filosóficos e epistemológicos sempre é um desafio, principalmente quando tentamos apreender seus aspectos na contemporaneidade. Historicamente, o campo de análise sobre as questões éticas encontra na Filosofia a área com os aportes de sustentação para a compreensão desta categoria tão complexa. Porém, qualquer área do conhecimento que se predispõe a ter o viés humanístico na formação de seus profissionais necessita um olhar mais direcionado à Ética.

Confunde-se muito o que é ética e moral. A falta de materialidade sobre questões como o bem, virtude, acabam por dificultar o entendimento acerca desses temas. Quando a discussão é levada para o campo profissional a tensão aumenta ainda mais: quais os limites éticos de uma determinada categoria profissional? Quais os critérios para elaboração dessas normas de conduta? Quem as elabora, normaliza e fiscaliza age com ética? São questionamentos que surgem com o fazer laboral.

Este texto apresenta uma discussão inicial sobre a Ética, primeiramente com foco na elaboração de seu conceito pelos gregos Platão e Aristóteles, seguido pelo pensamento de Kant, influências clássicas com trânsito atual sobre as questões éticas,

apontando suas formulações e onde elas se encontram ou divergem.

Em outro momento, o foco será a Ética e a Biblioteconomia, mais especificamente, o Código de Ética do Bibliotecário, sua redação, suas propostas de alteração e o código vigente como forma de compreender como os postulados clássicos influenciam o agir profissional, bem como analisar se as demandas sociais são contempladas no texto. O título escolhido para este ensaio faz uma alusão tanto ao bibliotecário indiano que preconizou as chamadas “Leis da Biblioteconomia” com o clássico texto de Aristóteles “Ética a Nicômaco”.

O esforço aqui empreendido é o de levantar uma discussão, com foco na Filosofia da Linguagem, acerca da Ética, em seus postulados clássicos e como os mesmos são percebidos na elaboração e proposta de uma nova redação para um código de ética profissional, nesse caso específico o da categoria da(o) Bibliotecária(o).

## ÉTICA

É comum a confusão que se faz acerca do significado de ética e moral, tornando-se cada vez mais recorrente, onde grande parte das pessoas mistura suas especificidades e acabam por concluir que é a mesma coisa. No entanto, apesar de guardarem similaridades, possuem orientações filosóficas que as diferenciam quanto ao seu entendimento e aplicabilidade.

Em relação à Ética, uma das formulações mais conhecidas é a que foi realizada por Platão, onde o filósofo a compreendeu como aplicação de uma doutrina com foco em ideias (ou ideologia) que visassem o bem à vida humana. No entanto, a



perspectiva adotada por Platão sugere uma transcendência, visto que sua proposta não se situa na realidade empírica do mundo, mas sim no inteligível. A busca de uma ética perfeita se torna o mote da ética platônica, ao conhecer sua essência o ser humano tem condições para estabelecer princípios que iriam reger a vida em sociedade.

A formulação da Ética em Platão (2008) considera vital a alma humana e a entende como uma conjunção tripartite composta por: inteligência, irascibilidade e concupiscência. A analogia dessas características também é direcionada para a vida em sociedade com cada uma tendo uma função própria e, ao alcançarem uma sinergia, tem-se a virtude. A virtude, neste entendimento, seria a capacidade de realizar a tarefa que lhe é concernente com maestria, seja pelos governantes ou pelos cidadãos, em uma coexistência que seria considerada virtuosa e justa.

Sendo assim, a justiça seria a virtude maior que deveria conduzir a ação humana como principal valor ético. Entende-se, então, que na ética platônica o correto modo de agir contribuiria para a felicidade relacionando esta com o princípio formulado para justiça. Para Platão, a sociedade seria algo orgânico e integrado com uma unidade formada por vários elementos, mas que se complementam.

A síntese da concepção acerca da Ética realizada por Platão nos remete a um modelo ideal, um paradigma, com a ideia do Bem e da Justiça bem delimitados, tendo a sua orientação dada pelas ideias como realidades eternas, imutáveis e universais, sendo balizadoras para a vida humana, para a vida em sociedade e para a formação de uma consciência ética ligada ao cosmos. O Bem, para Platão, seria o elemento supremo que sustentaria a

Justiça para o ordenamento político e à conduta individual, possibilitando uma harmonia para as três partes componentes da alma e da república, gerando equilíbrio, harmonia, e principalmente, felicidade.

Por sua vez Aristóteles (2013), em oposição ao seu mentor, preconiza uma visão sobre a mesma matéria como um estudo filosófico das leis morais que regem a vida e as relações humanas, ou seja, considera a realidade empírica como lócus de análise, com foco nas exigências para uma relação na vida na Pólis e na vida humana, pois compreendia que ambas, indissociáveis, seriam responsáveis pela escolha de valores, moral e leis que balizariam a vida em sociedade. Sua teoria ética assume pois uma orientação realista e empirista em contraposição à de Platão, que era idealista e racionalista.

Apesar de também estabelecer uma noção sobre felicidade, sua formulação se distingue de seu mentor, pois assumia um caráter **eudemonista** onde se busca o bem agir, com virtude, em escala humana. Sua concepção assume um viés prático enquanto a de Platão ficava no campo das ideias, ou seja, para Aristóteles a felicidade é uma atividade da alma em sinergia com uma perfeita virtude.

Aristóteles definia a virtude como um hábito ou uma disposição racional constante, ou seja, a prática levaria à virtude. O filósofo distingue a virtude da virtude moral, cujo princípio de cisão seria a *mediania*. A virtude intelectual seria adquirida por meio do ensino, aprendizagem, que levaria um tempo para seu ápice; a virtude moral se daria pelo hábito, por seu uso recorrente, tendo neste último o determinante para um comportamento bom ou ruim; a mediania, nesse sentido, seria imposta pela razão em relação às emoções circunscritas à ação produzida.

No pensamento aristotélico sobre ética, nenhuma virtude seria inerente aos seres humanos, mas sim seria conquistada pelo hábito, pelo exercício cotidiano, sem ela não seria possível a ação humana ser considerada boa ou virtuosa. A empiria assume papel vital para a ética, ao propor a mediania como princípio da virtude moral. Aristóteles retorna à sabedoria grega clássica que via a mediania como peça chave para o agir moralmente. A justa-medida seria determinada por um princípio racional próprio do ser humano conquistado com a prática.

Kant, que se utiliza de uma perspectiva **deontológica**, defende que o valor moral de uma ação reside em si mesma (intenção) e não em suas consequências, ou seja, no pensar antes de agir (Quadro 1). Sua formulação ainda antevê o cumprimento do dever como categórico e hipotético. Sua máxima consistia em: “Aja como se, na sua ação, todos pudessem agir como você”. Seu postulado nos ajuda a inferir que devemos sempre agir de modo a podermos desejar que a norma pela qual agimos se mutabilize em uma lei geral.

Segundo o filósofo alemão, uma orientação ética deve dar aportes para responder a quatro questões:

- a) O que eu posso conhecer?
- b) Como agir?
- c) O que esperar?
- d) O que é o ser humano?

Ao responder estas questões, a vida em sociedade dá a gênese a uma ética de responsabilidade. A ética kantiana tenta estimular a resolução dessas premissas em cima de formulações sobre a vontade boa e o imperativo categórico, tendo na junção das duas as condições básicas para o dever, ou seja, sua

formulação visava dois aspectos, um objetivo: a lei moral, e um subjetivo: o acatamento da lei pela subjetividade livre (Quadro 2).

**Quadro 1 - Ética em Kant.**

O CUMPRIMENTO DO DEVER EM KANT	
IMPERATIVO CATEGÓRICO	IMPERATIVO HIPOTÉTICO
É uma ordem não condicionada pelo que de satisfatório ou proveitoso pode resultar do seu cumprimento.	É uma ordem condicionada pelo que de satisfatório ou proveitoso pode resultar de seu cumprimento.
A palavra “imperativo” quer dizer obrigação. Com a palavra “categórico”, Kant se refere a obrigações absolutas, que fazem parte cotidianamente das relações sociais.	A palavra “imperativo” quer dizer obrigação. Com a palavra “hipotético”, Kant se refere a obrigações que adquirimos apenas na condição, ou hipótese, de termos certo desejo ou projeto, mas não sempre.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos postulados de Kant (2020).

Nesse sentido, a vontade boa, enquanto condição *sine qua non* do dever, consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivo da ação a simples conformidade à lei. O imperativo categórico incorre na contingência de um querer arbitrário cuja intencionalidade determina subjetivamente o valor moral da ação. Para que possa ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve ter como condição necessária e suficiente uma vontade condicionada por interesses e inclinações sensíveis. A razão é

capaz de guiar a vontade como meio para a satisfação de todas as necessidades e assim realizar seu verdadeiro destino prático: a felicidade. A razão, quando se torna livre das condições subjetivas que a coagem, é, em si, necessariamente conforme a vontade e, somente por ela, suficientemente determinada.

Quadro 2 - Significados de Ética e Moral.

ÉTICA	MORAL
<b>Lida com o CERTO e o ERRADO.</b>	Lida com o CERTO e o ERRADO.
<b>Modo social de agir: implica no consenso e na adesão da sociedade.</b>	<b>Modo pessoal de agir:</b> é adquirida e formada ao longo da vida, por experiências.
<b>Normas e regras sociais: é guiada pela cultura da sociedade.</b>	<b>Normas e regras pessoais:</b> é guiada pela consciência.
<b>Coletivo: se constrói a partir do consenso de várias morais.</b>	<b>Individual:</b> é o que fundamenta a ética.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Existem convergências e divergências presentes nas três concepções sobre ética mais conhecidas e estudadas: a platônica, aristotélica e a kantiana, e muitos dos códigos societários se utilizam de seus postulados para a formulação de vida em sociedade, incluindo aí, as práticas profissionais das mais diversas categorias profissionais. Neste texto, nos interessa a que rege a categoria dos bibliotecários, sendo que recentemente uma nova redação foi sugerida e aprovada, matéria da seção posterior.

## **CÓDIGO DE ÉTICA DA(O) PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA(O)**

Na seção anterior nos detivemos na apresentação dos conceitos epistemológicos e filosóficos acerca da ética com foco em Platão, Aristóteles e Kant. Nesta seção, abordaremos a questão da ética profissional com foco específico na nova redação e proposta aprovada para o Código de Ética da(o) profissional Bibliotecária(o).

Dupas (2000) propõe uma estratégia com foco na dialética, buscando apreender sobre a quantidade de informações geradas e compartilhadas nos meios de comunicação, bem como sua consequência não necessariamente positiva sobre uma população que se torna mera “consumidora”. Como o objeto principal de atuação do profissional bibliotecário é a informação, sua atuação pressupõe, então, uma perspectiva ético-política. A argumentação elaborada por Dupas (2000) se fundamenta a partir de uma compreensão do capitalismo global, mito do progresso, ciclo de acumulação e suas contradições, a tecnologia da informação e a hegemonia norte-americana na economia e nos modelos tecnológicos e científicos.

A dimensão ética presente na prática profissional envolve aspectos técnico-político que resultam na qualidade do trabalho. A ética faz parte indissociável da competência profissional de qualquer área de atuação, no domínio dos conhecimentos necessários para desempenhar seu papel na sociedade, articulado com o domínio das técnicas e estratégias para realização laboral (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2010).

É necessário ter clareza do que representa a profissão na sociedade antes de qualquer busca de uma ética institucionalizada

em um código, compreendendo o que é fazer parte de um grupo profissional. Sem essa compreensão, de que cada membro constrói a ação do grupo, não haverá um fortalecimento, o que dificultará a discussão de uma ética (RASCHE, 2005).

Aí se apresenta uma problemática no campo da Biblioteconomia, pois o estereótipo do profissional é de uma postura de submissão, de subserviência, uma profissão mais tecnicista e menos intelectual. Esse estereótipo, infelizmente, persiste no imaginário da sociedade, em alguns momentos com mais intensidade, por afetar a concepção da área por parte dos próprios profissionais que a constituem (ALMEIDA JÚNIOR, 2002).

A ética profissional geralmente se institucionaliza nos

[...] chamados “códigos de ética”. Em se tratando dos “códigos de ética” o termo mais adequado para designar a discussão em torno da conduta profissional seria ‘deontologia’ considerando o significado da mesma (RASCHE, 2015, p. 24).

A deontologia, nessa linha de raciocínio, representa um conjunto de preceitos, ideias, elenco de determinações objetivas e instruções operacionais que guiam a prática de membros de uma categoria profissional com vistas a garantir a uniformidade na realização de um trabalho e ação do grupo “[...] como se fosse a ação de um único indivíduo” (SOUZA, 2002, p. 55).

Os códigos de ética estruturam e sistematizam as exigências éticas em uma perspectiva tríplice: orientação, disciplina e fiscalização; onde estabelecem parâmetros variáveis e relativos

pelo qual a conduta pode ser considerada normal sob o ângulo ético; amparam as relações entre clientes e profissionais. Os códigos são definidos, revistos e promulgados a partir da realidade social de cada época e de cada país e, finalmente, não tornam melhores os profissionais, mas representam uma luz e uma pista para seu comportamento (CAMARGO, 1999).

Vale notar que o “Código de ética do bibliotecário brasileiro” é categorizado como disciplinar em função do discurso que apresenta, além disso, é calcado na legalidade, o que lhe dá uma carga de autoridade. Esse caráter disciplinar, centrado na legalidade, limita as possibilidades de uma ética nos termos que a situam na busca de um ‘bem maior’ da coletividade, porque impõe um modo de agir que ignora a complexidade das relações humanas e sociais da sociedade contemporânea, bem como a capacidade de participação dos membros da profissão e dos usuários de seus serviços na construção de soluções éticas (RASCHE, 2015, p. 25).

O intervalo de alterações no código de ética da(o) Bibliotecária(o) revela uma “síndrome de debutante”, com modificações no intervalo de aproximadamente 15 anos (2002, 2018). Porém, é louvável que a categoria se mobilize para discutir uma redação que se adéque mais às novas demandas (ou velhas e invisibilizadas?) que a sociedade apresenta, pois como postula Valentim (2004b, p. 69):



[...] a “sociedade de informação” precisa de profissionais de informação com uma conduta ética, pois os valores éticos que norteiam os saberes e os fazeres profissionais da área farão a diferença.

A linguagem é um sistema, e como tal, é permeada por relações de poder, ideologia e interesses, e os códigos de ética profissionais não estão alijados dessa realidade. Uma grande contribuição seria o uso da nomenclatura “bibliotecárias/os” em uma clara referência, e justiça, a uma área majoritariamente formada por mulheres e em uma clara demarcação de posicionamento político. Pelo menos o eufemismo “profissional da informação”, usado para ser mais palatável ao mercado, não foi usado, assim como a expressão “o profissional da Biblioteconomia”; optou-se por manter o masculino “Bibliotecário”, pois como afirma Brayner (2017) somos bibliotecários e ponto final.

Quando da revisão datada do ano de 2002, Almeida Júnior já havia chamado a atenção para os verbos empregados para designar os deveres e obrigações da(o) bibliotecária(o) como expressando uma ação passiva e sugere

[...] alterar os verbos, optando por aqueles que evidenciam o Bibliotecário como Sujeito, não só no interior de sua própria área, como também na Sociedade como um todo. (ALMEIDA JÚNIOR, 2001, s.p.).

Todos os itens [...] apresentam ou passam uma idéia ele submissão. Os verbos empregados

(acompanhando a ordem dos itens: dignificar; observar; respeitar; respeitar e colaborar), quando comparados com os utilizados nos outros códigos de ética - presentes no documento encaminhado pelo CFB e que servem de contraponto ao do Bibliotecário para nossa análise - demonstram isso claramente. Como exemplo: o código de ética do administrador emprega, entre outros, os verbos propugnar; contribuir; exercer; emitir; assegurar; pleitear; considerar, comunicar, informar; esclarecer; estimular; manifestar. O Código de Ética dos advogados usa verbos como: atuar; contribuir; estimular; aconselhar. Por sua vez, o Código de Ética dos Contabilistas utiliza: exercer, comunicar; manifestar. (ALMEIDA JUNIOR, 2001, s.p.).

Felizmente, alguns verbos foram acrescidos, o que sinaliza uma ação mais proativa: contribuir, combater, exercer e realizar, demonstrando que os deveres de uma determinada categoria profissional se moldam de acordo com a demanda social. Em relação a uma temática que vem sendo discutida de forma incisiva pela sociedade como é a questão de gênero, identidade e sexualidade, esta não foi contemplada na nova redação, permanecendo nas generalidades, falando de “dignidade da pessoa humana” e abrindo interpretações ao postular

aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, **salvo por relevante motivo** (CFB, 2018, grifo nosso).

Quem determina qual seria o relevante motivo para se negar ao atendimento? Qual o problema em falar diretamente das minorias políticas e sociais garantindo a salvaguarda de seus direitos? Pois, como bem aponta Brayner (2017):

Em tempos de valoração explícita dos fundamentalismos, naturalmente odiosos e arrogantes, não dá para ignorar a vulnerabilidade cotidiana de colegas lésbicas e gays atuando num país recordista em assassinatos daqueles que ousam amar os iguais.

Um dos grandes acertos foi apontar no capítulo II que trata da natureza, fundamento e objeto do trabalho do Bibliotecário, o repúdio a qualquer tipo de censura: “O bibliotecário repudia todas as formas de censura [...]” (CFB, 2018, s.p.).

Vale ressaltar que a categoria conta com sujeitos que fazem parte dessas minorias políticas e sociais bem como grande parcela dos usuários também. Coadunamos com a proposição de Silva (2010) quando o mesmo propõe que o código de ética da categoria não deve se dissociar de um debate sobre identidade, ética e informação:

[...] acreditamos que o código de ética do bibliotecário possui características eminentemente gerais e que, em alguns pontos, precisam ser especificadas, como propomos. É possível perceber também que muito do que se propõe no código de ética não é cumprido pela Classe biblioteconômica,

sendo preciso uma reelaboração do código, mas principalmente uma reformulação daqueles que regem institucionalmente o código. É pertinente trazer o debate sobre o código de conduta profissional para as universidades, congressos e no cotidiano do bibliotecário para que a classe perceba a necessidade de se basear por pressupostos éticos que podem fortalecer a coletividade da área (SILVA, 2010, p. 98).

Com toda discussão levantada e apontado o grau de complexidade que permeia a discussão, a tarefa de estabelecer um código de ética (ou será conduta?) de uma categoria profissional é uma tarefa que gera um debate desde a sua redação até a sua aplicação e compreensão pelos seus pares.

[...] efetuou-se uma análise do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, donde conclui-se que, em caso de atitudes não condizentes com a dignidade da profissão, seria mais adequado uma Comissão de Ética, constituída para avaliar ações que aparentemente não se enquadrem num Código de Conduta Profissional. Assim, um “Código de Ética” não parece adequado, pois, como foi ressaltado, uma codificação escrita está muito mais para uma legislação jurídica do que para o âmbito da ética. É à esfera jurídica que pertencem os conceitos de punição e infração. À ética pertencem os conceitos de aprovação ou censura, através dos quais as pessoas com as

quais convivemos expressam suas reações à nossa conduta (ARANALDE, 2005, p. 365).

Por outro lado, grande parte dos profissionais não se interessa (ou não são estimulados) a participar do debate quando é aberta oportunidade de proposições para alteração do código de ética. Ousamos até falar que muitos desconhecem o referido código, apontando aí uma falta de pertencimento e identidade que precisa ser trabalhada, e que esse debate seja mais amplo alcançando uma parcela considerável de profissionais, pois assim como pensa Brayner (2018), (re)conhecer o dinamismo subjacente ao fazer laboral da(o) Bibliotecária(o) é assumir o compromisso ético-estético-político do entendimento que os espaços de atuação deste profissional exigem uma atuação em consonância com a sociedade.

## CONCLUSÃO

Ao se falar em Ética jamais se finaliza um pensamento, pois a mesma se encontra em um constante devir que permeia as práticas sociais, profissionais e a própria individualidade. A polissemia de conceitos e abordagens pode dificultar a compreensão da matéria, mas assim como o exercício cotidiano leva a uma ética eficaz, a prática e o estudo também balizam nosso posicionamento.

A apresentação do Código de Ética da(o) Bibliotecária(o) deve ser realizada de forma extenuante durante a graduação, e depois dela também, como forma de favorecer uma apropriação por parte da categoria e até para que possam ser dados mais aportes para que se relacione o mesmo com as demandas da

sociedade e para repensar algumas redações quando aberta a oportunidade de proposições de alterações.

A nova redação apresentou mudanças significativas e apresenta uma visão mais ampla do fazer laboral da(o) Bibliotecária(o). Esperamos positivamente que com toda discussão, tanto pela sociedade quanto pela área, que pautas progressistas sejam respeitadas e expressas em outra oportunidade. Mesmo sabendo que tais pautas gerem tensões, o debate, consenso e dissenso também fazem parte de um projeto ético-político de uma área profissional.

A temática Ética também dever fazer parte dos currículos das escolas de Biblioteconomia, assumindo papel de destaque nas discussões como forma de possibilitar uma consciência ético-política do que é ser Bibliotecário em um país com desigualdades gritantes como é o Brasil, pois considerar nossa pluralidade, diversidade e identidade também se configuram como um exercício ético. As bases nos são dadas e cabe a nós reinterpretarmos e adequarmos a nossa realidade e as demandas apresentadas pela sociedade.

Apresentamos aqui algumas considerações, reflexões (e provocações também), pois só o diálogo possibilita a mudança e a compreensão e o exercício da Ética. Assim como os gregos discutiam na Ágora sobre as diretrizes da Pólis, nós Bibliotecária(o)s precisamos criar nossas ágoras de discussão, em uma garantia de um princípio democrático (e ético) que é a participação de todos os interessados nos assuntos da categoria profissional.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Propostas para subsidiar as discussões para alteração do Código de Ética Profissional do Bibliotecário**. Londrina, 2001. (Texto para discussão).
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. *In*: VALENTIN, Marta Lígia (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.
- ARANALDE, M. M. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário, **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- BRAYNER, C. As muralhas, as flecheiras e o novo Código de Ética do CFB, *Biblioo*, dez. 2017. Disponível em: <http://biblioo.info/novo-codigo-de-etica-do-cfb/>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BRAYNER, C. **A biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação**. São Paulo: É Realizações Editora, 2018.
- CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CFB - CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018**. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília, 2018. Disponível em:

<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CUARTAS, E. G. D.; PESSOA, M. L. M. V.; COSTA, C. G. **Código de Ética Profissional do Bibliotecário: 15 Anos depois**. Brasília: CFB, 2010.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: UNESP, 2000.

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Bauru, SP: Edipro, 2003.

KANT, I. **Lições de Ética**. São Paulo: UNESP, 2018.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SILVA, J. L. C. A tríade identidade, ética e informação na biblioteconomia brasileira: análise sobre o código de ética do bibliotecário. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, p. 76-101, 2010.

SOUZA, F. C. **Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas**. Florianópolis: Ed UFSC, 2002.

RASCHE, F. Questões éticas para bibliotecários. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 19, p. 21-33, 1º sem. 2005.

RASCHE, F. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 10, n. 2, p. 175-188, jan./dez., 2005.

VALENTIM, M. L. P. Ética profissional na área de ciência da informação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **FRANCILENE CARDOSO**

Bibliotecária. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foi professora substituta do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ (2013-2015) e do Departamento de Biblioteconomia da UFMA (2016-2018). Autora do livro *O negro na Biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra*. Atualmente é responsável pela Lekti-livraria e sebo voltado para relações raciais e de gênero. Tem experiência nas áreas de Serviço Social e Biblioteconomia com ênfase em Políticas Públicas do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas; Gestão e Organização de Bibliotecas Públicas, Infantojuvenis e Comunitárias; Ações Afirmativas; Formação social brasileira; Relações Raciais e Feminismos negro.

Francilene Cardoso (Org.)

## **SOBRE A PREFACIADORA**

### **LUHILDA RIBEIRO SILVEIRA**

Mestrado em Gestão de Unidades de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bibliotecária/Documentalista do Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão.

## **SOBRE AS AUTORAS E AUTOR**

### **CAROLINA DE ALMEIDA SANTANA**

Cursa atualmente Especialização *Lato Sensu* em Práticas de Letramento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). É graduada em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua nos temas: Biblioteconomia escolar, Educação, Competência em Informação, Prática Informacional, Competência em Mídia e em Informação, Fontes de Informação, Estudo de Usuários e Recursos Informacionais.

### **CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS**

Bibliotecário do Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB/UFMA). Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Gestão Pública (2011) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2007), foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC onde desenvolveu vários projetos de pesquisa e extensão, participando de projetos sobre Epistemologia da Biblioteconomia, Mercado de trabalho e Panorama da Leitura no Nordeste. Foi presidente do Diretório Acadêmico (DA) do curso de Biblioteconomia e membro do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMA durante a graduação. Membro da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da

Informação e Instituições (FEBAB) no cargo de Diretor Regional Nordeste, atuou como tutor do curso Mediação em EaD pela Uemanet. Representou o estado do Maranhão como delegado do segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas para composição do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura (2012). Conselheiro Estadual de Cultura do Estado do Maranhão (2015 - 2017). Membro do Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias - GEPOLIS e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Educação, Gênero e Movimentos Sociais - DANDARA. Membro da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBPP) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Desenvolve pesquisas sobre as temáticas de Políticas de Livro e Leitura, Política de Informação Científica e Gênero.

### **DANIELA SPUDEIT**

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no curso de graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Contato: danielaspudeit@gmail.com

### **HELOISA COSTA**

Bibliotecária, formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra e doutoranda do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Consultora na área de gestão de acervos bibliográficos e documentais. Contato: heloisacostaconsultoria@gmail.com

### **PATRÍCIA MALLMANN S. P.**

Doutora em Informação e Comunicação (UFRGS), Mestre em Ciência da Informação (IBICT-UFF), Graduada em Biblioteconomia (UFRGS). Docente do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação (UFRJ). Contato: [patriciamall@facc.ufrj.br](mailto:patriciamall@facc.ufrj.br)

### **PRISCILA RUFINO FEVRIER**

Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Contato: [priscila.fevrier@gmail.com](mailto:priscila.fevrier@gmail.com)

### **MARIANNA ZATTAR**

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a ECO da UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT em convênio com a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFRJ. Possui Pós-Graduação *Lato Sensu* em Inteligência Competitiva e Gestão Estratégica da Informação pelo SENAC-RJ. Graduada em Biblioteconomia e Documentação na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente, é docente da UFRJ no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da FACC do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Atua nos temas: Competência em informação, Competência em mídia e em informação, Prática informacional, Recursos informacionais, Fontes de informação e Desinformação.

### **MARLI DIAS DE SOUZA PINTO**

Professora Adjunta IV do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e dos Cursos de graduação do Departamento de Ciência de Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (DPTCIn/UFSC). Doutora em Engenharia de Produção, Mestre em Administração e graduada em Biblioteconomia. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Instituto Biblion/UFSC. Atua na área de Gestão de Unidades de Informação com os seguintes temas: *Marketing* da Informação; Gestão do Conhecimento, Gestão de Pessoas; Competência Profissional e Sustentabilidade Informacional e Estudos de Usuários da informação. Contato: marli.dias@ufsc.br

### **SONALI PAULA MOLIN BEDIN**

Professora Assistente e doutoranda do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: sonali.bedin@ufsc.br